

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES

RICHARD AUGUSTO DA SILVA

**UBERLAND: A CARTOGRAFIA ARTÍSTICA SOBRE O
IMAGINÁRIO SOCIAL URBANO DA CIDADE DE
UBERLÂNDIA-MG/BRASIL.**

UBERLÂNDIA
2019

RICHARD AUGUSTO DA SILVA

**UBERLAND: A CARTOGRAFIA ARTÍSTICA SOBRE O
IMAGINÁRIO SOCIAL URBANO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-
MG/BRASIL.**

Dissertação submetida à Banca Examinadora para a Defesa de Dissertação, como requisito para a obtenção de Título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Artes, do Instituto de Artes – IARTE, da Universidade Federal de Uberlândia-MG.

Linha de pesquisa: Práticas e Processos em Artes.

Orientação: Prof.^a Dra. Nikoleta T. Kerinska.

UBERLÂNDIA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema
de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586u Silva, Richard Augusto da, 1989-
2021 Uberland [recurso eletrônico]: a cartografia artística sobre o imaginário social
urbano da cidade de Uberlândia-MG/Brasil / Richard Augusto da Silva. -
2021.

Orientadora: Nikoleta Tzvetanova Kerinska.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Artes.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6010> Inclui
bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Arte. I. Kerinska, Nikoleta Tzvetanova, 1972-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Artes. III. Título.

CDU: 7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ATA DE DEFESA

Programa de Pós-Graduação ou Curso de Graduação em:	Artes				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAR				
Data:	05 de julho de 2019	Hora de início:	14h	Hora de encerramento:	16h44min
Matrícula do Discente:	11712ART008				
Nome do Discente:	Richard Augusto da Silva				
Título do Trabalho:	UBER LAND: A cartografia artística sobre o imaginário social urbano da cidade de Uberlândia-MG				
Área de concentração:	Artes / Modalidade cursada: Artes visuais				
Linha de pesquisa:	Práticas e Processos em Artes				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Linguagens híbridas: Estudos sobre a imagem no campo da Arte contemporânea e seus métodos híbridos de criação				

Reuniu-se no Laboratório de Arte Computacional, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Artes, assim composta: Professoras Doutoras: Graziela Mello Viana - UFMG; Tatiana Sampaio Ferraz - UFU; Nikoleta Tzvetanova Kerinska orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Nikoleta, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada

conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Nikoleta Tzvetanova Kerinska, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/08/2019, às 05:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Sampaio Ferraz, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/08/2019, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graziela Valadares Gomes de Mello Vianna, Usuário Externo**, em 17/09/2019, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1474068** e o código CRC **68623439**.

RESUMO

Uma jornada na memória da cidade de Uberlândia/MG são os cursos trilhados desta pesquisa e processo poético. Disserta-se sobre o processo de criação artístico de “Uberland, a ilha Jardim do Sertão da Farinha Podre”, cartografia afetiva sobre o imaginário social urbano do progresso da cidade de Uberlândia-MG. Através de uma abordagem historiográfica, antropológica e poética mapeou-se o imaginário e a sua influência na esfera patrimonial, sociocultural e sociopolítica. Investigou-se em como o mito atuou, se adaptou e se reinventou no imaginário uberlandense. A cartografia foi projetada no site <https://uberlandart.com> com acesso a arquivos, imagens e reportagens de domínio público pertencentes ao Arquivo Público Municipal, nos quais sugerem possíveis navegações e leituras sobre a memória coletiva da proeminente cidade de Uberlândia, por meio de mapas interativos que se concebe como dispositivo artístico nos cruzamentos da web-arte, da memória e da arte contemporânea.

Palavras-chave: Arte, Cartografia, Cidade, Memória.

ABSTRACT

Submerged in the memory, in this research the history of the city of Uberlândia/MG was investigated through three paths of history. Both the theoretical approach, a web memorial is produced composed by symbols, images, and illustrations, figurative in the measure in that the facts and contexts are revealed through the progress, imaginary place that acts on the urban social sphere of the city. Through an anthropological glance on the study of the imaginary, the web memorial and the imaginary of the progress were analyzed in synthesis with the anthropological itinerary of the imaginary. In that scenery, the symbols and images were systematized selected in the web memorial, reorganizing them in the process of poetic production of the artistic cartography "Uber Land: the island garden of the Interior of the Rotten Flour." As artistic device, the cartography was projected in a virtual platform, elaborated by programming language, animation effects and interaction, in crossing with the memory of Uberlândia and the imaginary of the progress.

Keywords: Art, Cartography, City, Memory.

Dedico este projeto a D'us ao Todo, força criadora que move a toda
vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço este honrado trabalho primeiramente a D'us – Todo, aos meus pais Maristela e Moacir, familiares, a minha amada Taline aos meus amigos Braias e a todos aqueles que contribuíram diretamente e indiretamente com este processo de criação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de São Pedro de Uberabinha, 1856	51
Figura 2 – Mapa de setores Urbanos de Uberlândia, 2006.....	52
Figura 3 – <i>Print Screen</i> do Mapa de Uberlândia no dispositivo do Google Map's	53
Figura 4 – Quadrado de Ouro (proporção áuria).....	54
Figura 5 – Estrutura poética I	55
Figura 6 – Estrutura poética II	56
Figura 7 – Imagem do setor central de Uberlândia	56
Figura 8 – Estrutura poética III	57
Figura 9 – Estrutura poética IV	58
Figura 10- Estrutura poética V.....	59
Figura 11- Cartografia Uberabinha e o Sertão da Farinha Podre.....	61
Figura 12- Cartografia Cidade Jardim do Triângulo Mineiro.....	63
Figura 13- Cartografia Uber Land a tecnologia veste a máscara do progresso	65
Figura 14- Imaginário simbólico apolíneo.....	70
Figura 15- Imaginário simbólico dionisíaco	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1 MEMORIA	15
1.1 Memórias	15
1.2 Colonização e o Bandeirantismo	16
1.3 O Ciclo do ouro no Brasil.....	19
1.4 Guerra dos Emboabas	20
1.5 O Progresso	24
1.6 A História do Iluminismo no Brasil	25
1.7 Uberabinha.....	28
1.8 Cidade Jardim	33
1.9 Uberland.....	43
2 PROCESSO	50
2.1 Criação Cartográfica	50
2.2 Uberabinha e o Sertão da Farinha Podre.....	60
2.3 Cidade Jardim	62
2.4 Uberland, tecnologia e progresso.....	64
2.5 Uberlandart.com - imaginário simbólico	66
2.6 Imaginário Apolíneo	69
2.7 Imaginário Dionisíaco	71
3 CARTOGRAFIA CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
3.1 @ Uberlandart.....	77
3.2 Oficina e Exposição.....	78

INTRODUÇÃO

As inspirações presentes neste processo de criação artística nascem de minhas vivências particulares, trocas de saberes e experiências, encontros e desencontros no decorrer de minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Essas vivências são também vivências em diversos espaços e territórios distintos, onde surge e absorvo o instinto de comunhão e formações de tribos, que me levam a navegar, aproximar e pesquisar a jornada antropológica do mito do Progresso na memória da cidade de Uberlândia.

Escrever sobre este processo foi como desenhar um mapa sobre mim mesmo, mapeando minha trajetória como artista visual, universitário e forasteiro na cidade de Uberlândia (2017).

O contato com os uberlandenses, as comunidades locais e as pessoas que migraram para Uberlândia, e foram acolhidas pela cidade, proporcionaram-me um intercâmbio plural de relacionamentos interpessoais. Através delas, conectei-me com diversas pessoas, histórias, memórias e experiências de vidas que diretamente e indiretamente colaboraram significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quando caminho e desbravo a cidade de Uberlândia, sinto-me arrebatado de uma atmosfera cosmopolita delineada pela sua paisagem urbana, cenário ilustrado pelas luzes douradas do sol, da beleza e do clima do cerrado mineiro na vida cotidiana da cidade.

Na medida em que conheço uberlandenses, identifico em seus habitantes um sentimento coletivo e afetivo da maioria da população pela cidade de Uberlândia. É exatamente este sentimento coletivo que exploro na construção de uma rede de memórias que se integram numa cartografia afetiva, para que os laços entre uberlandenses e a cidade sejam ainda mais reforçados.

Para entender a história da cidade direcionei-me ao Arquivo Público Municipal, instituição que armazena um campo vasto de arquivos, documentos e registros que oficializam a historiografia do município. Na instituição, identifico-me com o sentimento ufanista do Progresso implícito nos registros da memória da cidade, como fenômeno social urbano.

Como um "Cavalo de Troia", tanto no sentido mítico, quanto a um vírus no

software de um computador, mapeio a Odisseia do Mito do Progresso, ilustrada em mapas interativos e tematizados na fundação do município de Uberabinha (1888); no seu crescimento social urbano como capital do Triângulo Mineiro (século XX), e na sua emancipação como polo industrial, logístico, varejista e tecnológico no Brasil (século XXI), e denomino essa cartografia afetiva de “Uberland, a Ilha Jardim do Sertão da Farinha Podre.

Nos mapas de Uberland, o Progresso se apresenta como narrativa, através de ilustrações conectadas com reportagens, entrevistas, fotografias e documentos. Percebemos registros de fatos, contextos e histórias de personagens da memória uberlandense que, através de arquivos e registros encontrados no Arquivo Público Municipal dão visibilidade aos grupos minoritários da cidade, e na sua metamorfose rural-urbana.

A cartografia afetiva tem o propósito de dar visibilidade à memória das minorias étnicas, raciais, sociais e de gênero como forma de (re)contar uma história que nos foi negada, apagando ou descaracterizando os grupos mencionados. (Re)contar esta história, colocando esses “atores” em cena, é um processo de descolonizar nossas percepções sobre os negros, indígenas e mulheres. É também, uma oportunidade de entender o passado para compreender as estruturas e relações sociais existentes que ainda reverberam no imaginário social urbano da cidade de Uberlândia.

1. MEMÓRIA

1.1 Memórias

No Brasil durante décadas, a história institucionalizada do país e de suas cidades foi escrita suprimindo os seus atores fundamentais: indígenas, negros, trabalhadores, mulheres e homossexuais. A relação dos brasileiros com a memória passa por uma reflexão sobre as bases que nos estruturam, dentro da qual é constitutivo de nossa experiência cultural e política: o genocídio indígena, a escravidão africana e a inquisição cristã. Ambas estão atreladas ao processo de colonização das matrizes coloniais no Brasil, carregadas atualmente na experiência histórica do povo brasileiro.

A memória autoriza-me a narrar uma história sobre o mundo em que vivemos. Produzir memória sobre si como fenômeno social é uma ação política ativa. Como agente social-político e artista visual, disserto sobre a criação de uma narrativa visual sobre a memória da cidade de Uberlândia sem se render a uma pregação ideológica e/ou teológica, mas de sensibilidade aos impactos, colapsos e surtos socioculturais proporcionados pelo Mito do Progresso na memória da cidade de Uberlândia.

Acredito que a memória tem a capacidade de nos por de frente das afrontas do presente e do passado, despertando uma consciência crítica, coletiva e social. Sua ausência deixa refém de qualquer discurso manipulado, ou seja, e a adesão de a mensagens instantâneo e automatizadas.

Os índios dão o início e o contínuo da memória que recebem de seus ancestrais, o seu modo de estar na terra representava uma ameaça a Coroa Portuguesa, assim como as comunidades quilombolas que praticam o uso coletivo do território.

O acesso ao território coletivo, à governança deste território compartilhado, a corresponsabilidade acerca de todos os eventos que acontecem no território, é uma marca do modo de gestão territorial indígena, assim como o seu sistema de decisão. A inserção de um sistema vertical como a Coroa Portuguesa, a República, o Estado e o Capitalismo rompem com as

unidades de decisão, planejamento e organização interna sob o território indígena, transformando-o num sistema de demanda de oferta, de modo hierárquico e piramidal. As instituições de interesses privados se apropriam do território como propriedade privada, enquanto o indígena, e o quilombola obtém um modo de vida própria. (KRENAK, 2019).

Durante décadas nos ensinaram que o Brasil foi descoberto pelos portugueses. Hoje sabemos que o termo “descobrimento” já não cabe para tratarmos desse período histórico que tanto marcou e ainda deixa problemas sociais na história atual de nosso país.

Analisando os fatos de uma perspectiva histórica, sociológica e crítica, compreendemos que o Brasil foi explorado, colonizado e dominado. Essa exploração afetou diretamente etnias de vários povos originários/ indígenas, bem como pessoas trazidas do continente africano para serem escravizadas.

1.2 A Colonização e o Bandeirantismo no Brasil

A história de colonização do Brasil é uma marca sobre os territórios indígenas, é uma história de genocídio contra o povo indígena. As primeiras décadas de colonização no Brasil ocorreram no litoral, com a exploração do pau-brasil e a plantação de cana de açúcar, o interior brasileiro, chamado de o sertão ficou esquecido por muitos anos.

Quando a lavoura açucareira começou a enfraquecer, a Coroa Portuguesa ordenou expedições para ampliar a colonização e descobrir o interior brasileiro. A partir do século XVII surgiram as estradas, expedições organizadas pelas autoridades portuguesas; e as bandeiras, expedições organizadas por particulares, (grupos de milicianos organizados por iniciativa privada em busca de riquezas e com o objetivo de assegurar a colonização para a Coroa Portuguesa. (KRENAK, 2019).

Os bandeirantes eram os líderes dessas expedições, tinham o objetivo de explorar o interior do Brasil, saíam de São Paulo e percorriam além das linhas de Tordesilhas caçando, aprisionando e assassinando indígenas e negros

escravizados, destruindo as comunidades quilombolas a procura de riquezas, como ouro, diamantes e metais preciosos.

As bandeiras eram grandes expedições formadas por centenas e até milhares de pessoas que adentravam o interior do Brasil. Surgiram devida a ganância e ambição dos colonizadores portugueses em expandir a exploração no território brasileiro, usurpando seus recursos naturais e na escravização dos povos originários.

As expedições eram formadas por pessoas brancos (portugueses) e indígenas escravizados. A quantidade de mamelucos, filhos de indígenas com brancos eram maiores do que a quantia de brancos. Os indígenas escravizados eram submetidos a caça e a guerra por ser uma atividade masculina, ao invés de serem submetidos a agricultura, atividade praticada pelas mulheres indígenas.

Os brancos eram os grupos hegemônicos e supremacistas, o fato de terem formado uma sociedade unificada com diferentes grupos étnicos, não subentendia que formavam uma sociedade democrática ou igualitária.

As expedições e as bandeiras se direcionavam para as aldeias indígenas habitadas por jesuítas portugueses e espanhóis. Os bandeirantes se comunicavam em Tupy, língua utilizada na expedição no cotidiano, usavam palavras Tupy para nomear os locais que passavam, e que atualmente tornaram-se os nomes de várias cidades brasileiras, principalmente no Estado de São Paulo.

As bandeiras tinham o apoio da Coroa Portuguesa para serem realizadas, embora em determinados momentos históricos agiam de forma antagônica com os interesses da Coroa Portuguesa, desafiando-a em diversas ocasiões, como na Guerra dos Emboabas, na qual discorreremos adiante.

Os colonizadores (bandeirante) carregavam a intensão de explorar o Brasil, usurpando os povos nativos, submetendo índios e africanos a escravidão, e exterminando a quem os confrontasse.

As expedições eram classificadas de acordo com suas finalidades, as bandeiras apresadoras tinham o objetivo de caçar e aprisionar índios para serem vendidos como escravos. As bandeiras prospectoras tinham os objetivos de procurar metais preciosos; os sertanismo de contato tinham o objetivo de combater, matar, exterminar índios e negros que fugiam e resistiam à colonização; as bandeiras de monções levavam por via fluvial remédios e alimentos para mineradoras.

A expedição do bandeirante Antônio Raposo Tavares saiu de São Paulo em 1648 e chegou ao Amazonas em 1651. Fernão Dias foi um bandeirante renomado pela Coroa Portuguesa, saindo de São Paulo em 1674 e em direção a Minas Gerais. O bandeirante descobriu na região grandes jazidas de ouro, dando origem ao nome do Estado de Minas Gerais.

Considero pontual desmistificar o simbolismo heroico dos bandeirantes que se construiu durante séculos, sendo que capturavam e exterminaram os povos indígenas e negros escravizados.

Os bandeirantes também são representados de maneira ilegítima em representações de imagens, estátuas e pinturas, sendo representados por pessoas brancas, minorias na expedição, com roupas em estilo português, liderando grandes multidões. Provavelmente não condiz com o contexto de como os se portam e se trajavam, pois não tinham todo esse garbo e elegância com a qual são representados.

Porém, a figura dos bandeirantes foi reconstruída sob uma ótica positivista no final do século XIX, e principalmente no século XX nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo, por historiadores paulistas como Alfredo Ellis Junior e Afonso Taunet. As obras desses historiadores exaltam a elite paulista, que estava perdendo força política no Brasil naquele contexto. Ellis Junior ficou reconhecido pelo livro *Raça de Gigantes* que exaltava justamente a superioridade racial dos paulistas na tentativa de dar fundamento científico à tese.

Os autores mistificaram o caráter dos bandeirantes na formação da sociedade democrática paulista, miscigenada com índios, ressaltando seu

caráter republicano e progressista, e em como agiam e eram independentes a Coroa Portuguesa.

1.3 O Ciclo do Ouro no Brasil

Na cidade de Sabará, interior de Minas Gerais, encontrou-se ouro nas margens do Rio das Velhas pela primeira vez no Brasil. Tal fato deu início ao Ciclo de Ouro durante o século XVII, tendo o seu apogeu também seu declínio, não apenas pelo seu esgotamento, como também dificuldade de sua exploração. (COELHO, 2002).

O Estado de Minas Gerais até hoje carrega está fardo do período minerador. A região foi descoberta, povoada, e se desenvolveu devido ao Progresso trazido pela mineração. Porém, atualmente as terras mineiras são destruídas por mineradoras e a mata atlântica se esgota diariamente.

A Coroa Portuguesa devia (dependia) economicamente para a Inglaterra. Neste período (1703) ocorreu o Tratado de Panos e Vinhos entre os dois países. No tratado, Portugal se comprometeu a receber os tecidos de lã produzidos pelos ingleses, em contrapartida a Inglaterra diminui os impostos dos vinhos portugueses comercializados nas ilhas inglesas. O Tratado de Panos e Vinho evidenciou o descompasse econômico entre os dois reinados, enquanto a Inglaterra exportava seus produtos manufaturados, Portugal exportava seus produtos agrícolas controlados pela Inglaterra. (MENEZES & COSTA, 2012)

O primeiro Ouro encontrado em Minas Gerais foi o ouro de aluvião, muito fácil de coletar, pois ficava nas margens dos rios, era possível de coletar com as mãos. As pepitas de ouro ficavam escondidas de baixo de uma camada de minério, que o davam o tom de preto. Tal feitio originou o nome da cidade de Ouro Preto, reconhecida na época de Villa Velha. (SILVA, 2000).

1.4 Guerra das Emboabas

Os bandeirantes paulistas foram os primeiros a encontrar o ouro em Minas Gerais, primeiramente pedindo o monopólio da região, e posteriormente se rebelando contra a Coroa Portuguesa.

A Coroa interessada na riqueza começou o conflito armado contra os bandeirantes dando início a Guerra dos Emboabas. Os paulistas chamavam os forasteiros de emboabas, nome pejorativo principalmente para os portugueses recém-chegados.

A Guerra das Emboabas durou dois anos entre emboabas e paulistas pelo domínio do ouro, os paulistas perderam a guerra, porém foram formalmente perdoados pelos portugueses, pois, além dos índios, eram os únicos que sabiam encontrar jazidas minerais. Com o fim do conflito, separaram o Estado do Rio de Janeiro e São Paulo que na época era uma única província, criou-se a província de Minas Gerais, e elevou-se a vila de São Paulo a cidade de São Paulo.

Depois que os portugueses perceberam a quantidade de pessoas interessadas no ouro, começaram a criar várias formas de taxá-lo. A Coroa Portuguesa passou a fundir o ouro em barras nas casas de fundição. Pois, Portugal determinou que o ouro só sairia da província de Minas Gerais no formato de barra de ouro, e para transformá-lo em barra teria que derretê-lo.

Quando o ouro era levado para as casas de fundição eram cobrado o quinto da quantia, famoso ditado popular, o quinto dos infernos, contexto histórico repudiado pelas pessoas que pagavam o quinto da quantia de ouro em impostos para a Coroa Portuguesa. O quinto era um sinônimo de algo detestável.

As estradas eram constantemente fiscalizadas pelos bandeirantes. Posteriormente, o imposto do quinto foi alterado pelo imposto de captação, pagando em imposto fixo pelo escravo utilizado na extração de ouro. Os escravos que trabalhavam na mineração sofriam diariamente, tinham expectativas de vida de sete a doze anos, trabalhavam em condições insalubres, e respiravam um ar tóxico devido a atividade mineradora.

Os escravos que trabalhavam diretamente dentro da mina, com contato direto com a mineração, tinham uma expectativa de vida muito baixa e condições de trabalho precário.

A maior parte do ouro seguiu para Portugal para financiar as guerras, obras públicas, gastos da Coroa, e repassados para a Inglaterra. Em 1748, declinou-se o Ciclo do Ouro no Brasil, as cidades tornaram cidades históricas com a população reduzida, como Ouro Preto, capital do Estado. (BOXER, 1062).

Se Ouro Preto tive sido um grande centro urbano, possivelmente o patrimônio histórico dificilmente seria mantido. Parte do ouro ficou em Minas Gerais visível hoje nas construções das igrejas.

Apesar do declínio do ouro, não só da mineração viva a província de Minas Gerais, a produção pecuária se consolidou, a produção de gado e de leite se expandiu. A pecuária, manufatura, plantio de cereais, agropecuária como fontes de riqueza.

Devido o ouro ter sido encontrado em abundância e com facilidade, proporcionou um aumento migratório na região, levando o rei D. João a criar a lei em 1720, com a finalidade de dificultar a migração de portugueses para a região. Neste período a população colonial do Brasil passou de trinta mil pessoas para três milhões de habitantes no final do século XVIII.

O ouro em Minas Gerais gerou um grande fluxo imigratório, como também influenciou na migração de um centro colonial na região centro-sul do Brasil. O aumento do fluxo de escravos em Minas Gerais majoritariamente negra era de vinte e cinco por cento, a maior parte da população era formada composta por escravos.

A capital e principal cidade do Brasil era Salvador, onde se tinha construído o principal porto, porém em 1763 com o ápice do Ciclo do Ouro, a capital foi transferida para o Rio de Janeiro.

Muitos parceiros da Coroa enriqueceram-se com a descoberta e exploração do ouro em Minas Gerais, formando a elite oligárquica mineira.

Seus filhos estudaram no exterior, em renomadas universidades europeia, principalmente em Portugal, foram influenciados por ideias Iluministas e republicanos. A hegemonia da oligarquia mineira proporcionou a difusão das ideias iluministas e republicanos no Estado de Minas Gerais, insurgindo na inconfidência mineira.

A história da colonização no Brasil é então demarcada por uma relação de supremacia dos povos europeus em detrimento de outros povos e culturas.

Para além destas questões, havia também uma desorganização administrativa por parte da Coroa Portuguesa, que não conseguia administrar de maneira rentável o quanto se esperava o território brasileiro.

O território explorado era vasto, determinar limites e gerenciar terras até então desconhecidas – para os portugueses - era algo que gerava problemas, e conseqüentemente tornava a administração falha.

O sistema de Sesmarias foi à tática escolhida pela Coroa afim de facilitar a administração e geração de riquezas as custas das terras colonizadas. As terras eram distribuídas entre pessoas que eram chamadas de “beneficiário” ou “donatário”.

Os beneficiários iriam então tornar férteis e produtivas as terras em questão, podendo usufruir e produzir. Entretanto, parte do lucro deveria ir para a Coroa Portuguesa. Cultivar e produzir nessas terras não fazia do beneficiário dono das terras exploradas.

Para que as terras fossem ocupadas pelos beneficiários, muitos povos e etnias diversas tiveram que ser dizimadas, extintas, dominadas ou expulsas.

A partir desse sistema, a Coroa se isentou de lidar com os problemas de certos territórios, já que a responsabilidade sobre algumas terras foi colocada nas mãos dos sesmeiros.

Bartolomeu Bueno da Silva (filho) teve o nome Anhanguera herdado pelo seu pai (Anhanguera), que ao ter afrontado com índios da tribo de Goyazes, tacou fogo numa tigela de cachaça, persuadindo os nativos, que achavam que a

água estava pegando fogo. Com medo de ele incendiar os rios, os índios lhe mostraram os caminhos das minas de ouro, e passaram a chamá-lo de Anhanguera, nome de origem tupi, significado de Diabo Velho, Espírito Maligno. (SANT'ANA, 2001).

Trilhando no bandeirantismo os mesmos caminhos de seu pai, Anhanguera II partiu com uma grande expedição de bandeirantes de São Paulo à Goiás em busca de ouro, assassinando e escravizando negros e indígenas, assim como abriu trilhas e explorou terras na região paulista, mineira e do sertão goiano.

Sob o comando de Anhanguera II ficou a posse das Seis marias, terras abandonadas da coroa portuguesa para ocupação e exploração do ouro, loteadas para os “amigos” da coroa e para os bandeirantes, com fins de assegurar o cultivo e o monopólio do sertão (goiano). Embora o controle administrativo pertencesse a Coroa, que atraiu colonos cristãos denominados de sesmeiros, exploradores do sertão goiano, e assegurados da colonização do Brasil.

O Ciclo do Ouro proporcionou um alto índice de imigração de sesmeiros, que se empossaram das terras, e estruturaram suas fazendas na região do Triângulo Mineiro, que era então reconhecida como o sertão da farinha podre.

Com a chegada dos bandeirantes, e dos negros como mão-de-obra escrava, os índios kayapós, povo nativo eram mortos e expulsos das terras em que habitavam. Neste contexto, sucederam a formação dos primeiros arraiais na região, que passaram a serem especificamente explorada e significativamente povoados a partir do século XIX. Território que se estendia a Goiás, província da qual exercia o controle do Sertão da Farinha Podre até 1816, passada posteriormente ao domínio da região do Triângulo Mineiro à província de Minas Gerais.

Neste mesmo período mudaram-se a família Carrijo para as terras próximas ao rio Uberabinha, sendo os primeiros Sesmeiros do território onde hoje se encontra a emancipada cidade de Uberlândia-MG. Tinha-se o desejo

coletivo de tornar o povoado e o arraial de São Pedro de Uberabinha num proeminente município, e futuramente numa grandiosa cidade. (DANTAS, 2008).

Deu o início ao projeto de emancipação política e administrativa, transformando-o o arraial em município em agosto de 1888, final do século XIX. Neste período, o Brasil havia deixado de ser monarquia para se tornar república, substituindo a mão de obra escrava pela mão de obra assalariada, Dantas, 2008, p.20).

Porém, durante e após a abolição da escravidão no Brasil, os escravos continuaram a trabalhar nas fazendas e lavouras, nas quais pertenciam, em troca de sua sobrevivência e sustento.

1.5 O Progresso

Os iluministas acreditavam que a razão conduziria os seres humanos ao progresso, com o passar do tempo a ignorância, fruto da irracionalidade desapareceria e teríamos então uma humanidade esclarecida.

A crença no progresso constante na humanidade os fazia otimistas, dedicavam a ciência como uma forma de conhecer as leis naturais, consideram D'us o relojoeiro do universo, criador do mundo, da vida e do tempo.

Os iluministas se propuseram ao antigo regime (absolutista), aos privilégios da nobreza, ao poder do clero, a intolerância e a falta de liberdade.

Os antigos regimes eram monarquias absolutistas onde o rei, à nobreza e o clero acumulavam poderes e privilégios, e as pessoas eram proibidas de dizer o que pensavam.

John Locke 1632-1704, dizia que todas as pessoas ao nascerem tinham os mesmos direitos, direito a vida, a liberdade e a propriedade. Para garantir desses direitos naturais, os indivíduos haviam criados governos, caso o governante tentasse impor o absolutismo sobre os interesses do Estado. Locke foi considerado um dos liberadores na política. (LOCKE, 1991).

Voltaire: 1694-1778, tornou-se conhecido por suas críticas a Igreja Católica e a monarquia absolutista francesa, por seu combate a ignorância, ao preconceito e ao fanatismo religioso. Como também se voltou a liberdade de expressão: frase – posso não concordar com as palavras nas quais diz, mas lutarei até a morte pelo direito de dizê-la. (CHAUÍ, 1978).

Montesquieu - filósofo francês, não se contentou em apontar problemas da sociedade em que vivia, apresentando também soluções para as resolver. Em sua principal obra “Os espíritos das leis” defende a ideia de que quando as pessoas têm poder, tende a abusar dele, então era preciso evitar para que o poder se concentra-se nas mãos de uma única pessoa, ou um só grupo de notáveis. Inspirados nas ideias de Montesquieu, os estadunidenses Alexandre Amilton e Jeane Amizon formularam a teoria das divisões dos poderes do Governo (Estado): Executivo que serve para administrar o país e executar as leis, legislativo que serve para elaborar e aprovar as leis, e o judiciário que serve para julgar os cumprimentos das leis e julgar os conflitos políticos. (RIBEIRO, 2000).

O governo assim dividido em três poderes funcionaria bem se os três poderes fossem autônomos, isso é, se um não se intrometer na área do outro.

Numa de suas ideias sobre o contrato social, Rousseau defende a ideia de que a vontade geral é soberana, ou seja, só o povo não só pode, como deve substituir os poderes. Suas ideias influenciaram movimentos revolucionários dentro e fora da França. Os escritos de Rousseau foi uma das fontes de inspiração da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade. Para Rousseau a vontade geral é a soma dos interesses comuns, e não a síntese de vontades de interesses individuais. (ROUSSEAU, 1999).

1.6 A História do Iluminismo no Brasil

O século XVIII é conhecido como século do Ouro no Brasil, mas na Europa ficou reconhecido como século das luzes. Isso porque foi o século do Iluminismo,

que afirmava que a humanidade caminhava para a idade da razão (fartura, paz e aperfeiçoamento social).

Seus pensadores atacavam a soberania dos reis e defendiam os interesses do povo (atitudes revolucionárias). O iluminismo inspirou movimentos, como a inconfidência mineira, a revolução francesa e as independências por toda América. Mas a maioria dos pensadores iluministas não pretendiam romper com os governos de sua época. Muito pelo contrário, esses filósofos forneceram teorias, métodos e informações para que os reis fortalecessem no poder e alavancassem suas economias, explorando ainda mais as colônias.

Esse ramo no Iluminismo ficou reconhecido como Reformismo ilustrado, já que propunha reformar o Estado absolutista ao invés de derrubá-lo, ação que também ficou reconhecida como despotismo esclarecido, termo criado pelo filósofo inglês Francis Bacon. (ANDRADE, 2005).

Despotismo era o nome dado pelos gregos antigos a pessoas que obtinham poder absoluto, déspota é o governante que age como dono do Estado e dos seus habitantes.

O iluminismo surgiu na Europa entre o século XVII e XVIII, este movimento está ligado a laicização da cultura europeia.

Para o pensamento iluminista tudo deveria ser criticado e melhorado, inclusive o Estado. Voltaire, Rousseau e Montesquieu criaram teorias políticas que tiravam o poder absoluto dos reis, mas o iluminismo foi muito além de suas teorias políticas radicais.

Para os iluministas a razão torna as pessoas protagonistas de seus destinos, capazes de criarem instituições cada vez mais justas e eficientes. Seguindo o caminho da razão, a sociedade seguiria uma trajetória histórica diferente, graças ao avanço do conhecimento sobre o obscurantismo, da razão sobre os ódios e paixões, das luzes sobre as trevas.

A importância do movimento está na mudança e na forma de encarar o tempo. O iluminismo inaugurou uma postura otimista dos seres humanos em relação ao futuro sobre a terra. Até então prevalecia a narrativa bíblica sobre o

tempo que começa na criação da humanidade com D'us, e termina na decadência com o Apocalipse.

Nesta concepção, o tempo profano, que é o tempo vivido na terra pelos seres humanos é um tempo de decadência e de espera pelo juízo final.

O tempo do iluminismo é contrário à está concepção, já que se baseia na crença de um aperfeiçoamento humano progressivo rumo a idade da razão. Todo este otimismo desses pensadores, limitavam-se a parte do mundo que colhiam os frutos da expansão colonial.

No século XVIII, o progresso europeu era conduzido por reis que obtinham mais riquezas e poder, e garantidos principalmente pela colonização do resto do mundo.

Então, o mesmo iluminismo que foi usado por revolucionários para reivindicar liberdade e igualdade, serviu também para justificar o poder dos reis. Assim como também serviu para metrópole controla-se com mais eficácia os impostos pagos pela colônia, aumentando a exploração econômica, que era fruto do monopólio do comércio entre a colônia e a metrópole.

E isto ajuda a explicar que os movimentos de independência ganharam força, justamente no reformismo ilustrado. Já que começaram com reações a tributações e ao monopólio do comércio. E para além das políticas, o iluminismo mudou as funções do rei. Até o século XVII o rei era aquele que deveria promover a harmonia e a estabilidade social, mas depois do iluminismo, eles passaram a governar em nome da transformação e da mudança, promovendo um futuro de crescimento.

A gestão da economia ganhou uma importância enorme, enquanto a convenção religiosa perdeu poder e espaço. A data de feriados religiosos fora suprimida em nome da produtividade. O governo passou a realizar censos para saber qual era a sua população, e assim poder planejar suas políticas.

O que estava por trás disso era a ideia de progresso, e foi assim na Europa ocidental e nas colônias

Em Portugal começou na primeira metade do século XVIII, com reformas na educação, na administração e em outros ramos do Estado, inspirado por autores franceses. Mas foi a partir de 1750 que o despotismo esclarecido chegou ao poder com a ascensão do ministro Sebastião José de Carvalho Melo, conhecido como Marquês de Pombal. (REIS, 1973).

Marquês de Pombal, (1973), tornou os mecanismos do Estado eficazes, aumentando impostos e controlando despesas, promoveu o crescimento da companhia colonial portuguesa, por meio da organização de grandes companhias monopolistas e o incentivo a novas oportunidades de negócio. Fortaleceu o poder do rei sobre as igrejas, tirando das ordens religiosas o monopólio da educação.

Pombal tinha uma política econômica baseada no protecionismo e no monopólio das companhias de comércio.

As ideias liberais e iluministas inspiraram movimentos de independência contrários ao interesse da metrópole. Era o começo de uma época de instabilidade social, final do período colonial, quando estouram as inconfidências mineira e baiana.

1.7 Uberabinha

Como na maioria das cidades brasileiras o arraial tornou-se o município de Uberabinha, nascendo sem um planejamento inicial, crescendo nos improvisos, nas possibilidades que o território oferecia a seus habitantes.

Os oligarcas de Uberabinha almejavam uma transformação política, que potencializasse o desenvolvimento econômico e social do município, despertando o imaginário popular do progresso no arraial de São Pedro de Uberabinha e nossa Senhora do Carmo de Abadia.

Em Uberabinha também presenciavam o surgimento do progresso sob os efeitos da vida urbana que se expandia sobre o espaço ainda rural. A transição de arraial para freguesia coincidiu com a inauguração da Companhia Mogiana

de Estrada de Ferro (1895), ambos viabilizaram benefícios políticos, administrativos e econômicos, estimados pela oligarquia local.

No cenário política, promulga-se em 1898 o primeiro Código de Posturas Municipal efetivado em 1903.

As leis decretavam determinadas restrições no visual arquitetônico das residências, edificações e estabelecimentos comerciais que infringiam o código municipal. Aplicavam-se pesadas multas as simples moradias localizadas na região central, nas quais não acompanhassem o ritmo avassalador de desenvolvimento social urbano. Modestas casas eram demolidas, seu terreno vendido para pessoas pertencente à oligarquia local, que passou a residir no centro urbano, em modernas e luxuosas edificações.

O Código de Posturas 1898/1903 se concebeu como um instrumento de coação sociocultural. Suas normas/leis legitimavam ações autoritárias para aqueles que transgrediam as normas e condutas imposta para população, sobretudo, trabalhadores, populares, desabastados, pobres e miseráveis. utilizado como instrumento de policiamento e fiscalização pública, punindo o que não eram condizentes com sua civilidade e comportamento.

Devido a mudança da oligarquia (elite) para o centro do município, as classes políticas e empresariais passaram a investir no setor central da cidade, visava-se o desenvolvimento estrutural, comercial e financeiro, mas também o embelezamento e o enriquecimento trazidos do progresso de Uberabinha. Enquanto as vilas e bairros afastados da zona central careciam de distribuição de energia elétrica, de saneamento básico, acesso à cultura e informação, com a falta planejamento urbano e habitacional nas vilas e bairros afastados do centro, Lima (2008).

Nos jornais locais noticiava-se o discurso de hostilidade a respeito dos pobres e favelados que habitavam nas margens da cidade. Nota-se que para o progresso era necessário ocultá-los ou eliminá-los impondo a lei e a civilidade a ameaça que insurgia dos favelados e marginais, considerado pela imprensa local da época como contraventores dos bons costumes e da prática de civilidade publicados periodicamente nos jornais locais.

O município ainda era majoritariamente rural, com uma população predominantemente agrária e de baixo poder aquisitivo. A Igreja Católica foi influente na formação do município de diversas cidades no Brasil. Na relação sociopolítica com o Estado, a Igreja tomava partido nas decisões políticas, nas manifestações culturais e assistências sociais em Uberabinha.

O povoado habitava entorno das capelas, que auxiliavam seus devotos nos registros civis, nas assistências sociais, nos batismos e casamentos. Era necessário o reconhecimento da instituição eclesiástica, pois ela que qualificava a concentração populacional de arraial em freguesia e, posteriormente em município.

O fato de ter uma capela em determinado território, reconhecia-se a instalação de um povoado no local, a paróquia consistia a designação de um arraial, e a existência de uma matriz remetia-se a uma freguesia, na integração de arraiais, vilas e núcleos habitacionais. O Estado como instituição política e administrativa acompanhava tal crescimento populacional, gerenciando suas carências e necessidades de infraestruturas territorial, no saneamento básico, na habitação social, na distribuição de energia elétrica e iluminação pública.

A primeira capela construída no arraial de São Pedro de Uberabinha foi em 1852, vinculada a matriz eclesiástica em Uberaba, com situações precárias pertinentes a condição administrativa e financeira da época.

Uberabinha se expandiu entorno da Igreja Matriz, onde foram construídas as primeiras ruas que conectavam com o Largo do Comércio, onde localizavam as principais residências. (LIMA, 2008).

As primeiras construções em Uberabinha, como as Igrejas, as Praças, a Câmara Municipal (Palácio dos Leões), marcam na memória uberlandense a origem de seu povoado, na construção de suas primeiras residências e núcleos habitacionais.

O congado surgiu no arraial de São Pedro de Uberabinha em 1876, ano que marcou o início da manifestação popular na cidade. Brasileiro (2019)

constata que na época um pouco mais de quinze por cento do povoado era de escravos, cerca de 545 escravos no povoado.

O cortejo ritualístico era majoritariamente cultuado por pessoas negras, desabrigados nas extremidades territoriais do arraial, deslocados no fundo de uma fazenda, local, que posteriormente se localiza a atual Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Praça do Rosário. Antes da mudança, o festejo ocorria na capela do Rosário entorno da Praça Clarimundo Carneiro. Incomodados com a presença dos negros, a população de maior influência e poder aquisitivo de Uberabinha exigiu do poder político do município, a alteração do local da Festa do Congado para o fundo da fazenda.

Com o amparo da Diocese de São Pedro de Uberabinha, a Irmandade do Rosário de Uberlândia foi formada em 1916, integrada por negros que habitavam na freguesia. Sua criação foi consensual e conformista para a Igreja Católica. A Congada anualmente se consagrou como um marco histórico, cultural e social, símbolo de luta e resistência ao preconceito racial do povo negro na cidade de Uberlândia. Movimento cultural e popular, onde o negro passa a simbolizar a história da cidade, engajado na construção da Igreja em 1929 e na Festa do Congado.

O deslocamento da Igreja do Rosário, símbolo de pertença, de espaço ritual e referencial do negro congadeiro em Uberlândia, Praça do Rosário – teve “a iniciativa de levantar no mesmo local uma nova igreja, mas com a sua frente voltada para o norte – sentido Avenida Floriano Peixoto, Afonso Pena – e de aspecto condizente com a época, embelezando a praça”. Essa alteração arquitetônica estava na realidade em conformidade com a nova dinâmica progressista, o crescimento da cidade já era delineado para essa região, em decorrência da Estação Mogiana ser instalada próxima a atual praça Sérgio Pacheco. Com isso, a necessidade da porta da Igreja do Rosário estar voltada para o lado do desenvolvimento urbano. (BRASILEIRO, 2019).

Com a imposição de um plano urbano que centralizasse os benefícios do progresso no município de Uberabinha, pensava-se na criação de um novo centro urbano.

No início do século XX, as personalidades políticas e administrativas mais influentes do município passaram a incentivar a alteração do nome da cidade de São Pedro de Uberabinha, dado em referência ao rio que atravessa o território, e também diminutivo de Uberaba, cidade localizada na fronteira do território uberlandense.

As discussões em torno da alteração do nome perduraram um período de vinte anos, na sugestão de variados nomes como, Heliópolis (1907) “cidade da luz”, designações de matrizes gregas, onde Hélio remete se ao astro sol, o qual proporciona luz, e pólis, palavra grega baseada na cidade democrática. Os nomes Gardênia e Uberlândia foram recomendados em 1910, mas não apadrinhados devida intervenção do Cel. José Theophilo Carneio, figura pública de notoriedade no município, Dantas (p.32, 2008).

A discussão em torno da escolha do nome tomou proporções maiores repercutindo publicamente na imprensa local e nas discussões políticas da cidade. Buscava-se um nome que referenciavam homens, santos, flores ou plantas que engrandecessem o ambiente, que fosse digno de seu povo, a uma cidade grandiosa.

Na promulgação da Lei Estadual 1126 de 19 de setembro de 1929, batizou-se Uberabinha de Uberlândia. Formado pela palavra *uber*, palavra *latin* e com referência germânica, na qual designa fértil, e de *land*, da origem germânica, o qual remete se a terra. Ambos formam o significado de “terra fértil”, nome que correspondia em relação com o ambiente natural, espírito ordeiro e trabalhador de seu povo.

A explicação para o projeto de grandiosidade da cidade esteve fundamentada nos elementos naturais da região e na capacidade laboriosa de seu povo. A caracterização da população como ordeira, laboriosa, pacífica é uma construção, planejada segundo um objetivo específico que, buscando a hierarquização social e a definição dos papéis sociais, pretendia acomodar os sujeitos a fim de alcançar o fim perseguido. (DANTAS, 2008, p.33).

Nesta perspectiva a moderna Uberlândia foi pensada, projetada e construída, através de uma metamorfose rural-urbana, que compõe em si outras

idades. Corporificada pelo progresso, construíram seus patrimônios urbanos, na medida em que impôs suas marcas, vistas como sinônimo de desenvolvimento e evolução.

Nos jornais locais, a propagação do discurso progressista, emanava sentido a vida laboriosa e ao sofrimento do presente em Uberabinha. Reportagens como A Nova Era, resgatava o ideal de cidade no imaginário popular.

Na matéria o discurso progressista relaciona as virtudes (qualidades) ambientais e naturais do território, com a potencialidade laboriosa de seu povo, trabalhadores, que construíram e elevaram o singelo município de Uberabinha à grandiosa Uberlândia. Suas riquezas naturais foram atreladas às qualidades humanas inerente de seus habitantes. Emergindo um sentimento coletivo que justificava a vida laboriosa, em prol melhores condições de vida, num futuro prospero e abundante.

1.8 Cidade Jardim

O crescimento de Uberabinha abriu caminhos para a vida moderna no início do século XX, no entanto, a cidade ainda buscava se afirmar como atrativo de investimento econômico na região do Triângulo Mineiro e no Estado de Minas Gerais.

Na gestão do prefeito João Severino da Cunha de 1912 a 1922, surgiram os primeiros serviços públicos na construção de escolas, hospitais, serviços de esgoto, água e saneamento básico. Porém, as implantações dos serviços oferecidos no município se restringiam nas zonas centrais, período em que Uberabinha ganhou o status de “cidade.”

Naquele contexto, era perceptível para a população que a modesta Uberabinha estava sendo transformada pelo Progresso na construção do seu novo centro urbano, momento em que coincidiu com a inauguração da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro (1895).

Durante um longo período na história da cidade, a estação ferroviária foi umas das principais linhas no transporte de passageiros e mercadorias, de Campinas, estado de São Paulo à Araguari, Minas Gerais.

O município era consolidado com base na agricultura rural, suas vias se estruturavam por ruas estreitas, no tráfego de pedestres e carros de boi, seus habitantes conviviam nas calçadas, nas esquinas.

Era inconfundível caminhar pelas ruas de paralelepípedo construídas quando o arraial progressivamente tornou-se município, e pelas ampliadas avenidas da “nova cidade,” nome apadrinhado a construção do novo centro urbano, que referenciava as grandes construções executadas a partir da Praça Clarimundo Carneiro em direção a Estação Mogiana.

Notadamente por essas transfigurações n espaço, as pessoas do bairro Fundinho mudaram se entorno da Estação Mogiana, subindo as ruas estreitas do remoto arraial em direção à moderna cidade que crescia. Erguiam-se mansões e palacetes onde residiam as famílias abastadas, os políticos e os investidores de Uberabinha.

Após o processo de urbanização e asfaltamento das vias públicas da “nova cidade,” restringiu se o tráfego de cavalos, carroças e carros de boi, alegava-se que tais meios de mobilidade dificultavam a circulação urbana e desfiguravam o aspecto moderno do seu novo centro urbano.

A construção do novo centro urbano (nova cidade) dava sentido de deslumbre ao progresso no cotidiano social, e com isso tinha adesão de parte da população, que presenciava a prosperidade do comércio varejista, das prestações de serviços, de lazer, do fluxo econômico e social, porém, poucos usufruíam de tais meios e benefícios.

O progresso passou a intervir significativamente na esfera social urbana de Uberlândia, e com o passar do tempo o que era moderno tornou-se obsoleto. As edificações do novo centro urbano foram gradativamente desocupadas e demolidas, sem nenhuma preocupação com a conservação e preservação

patrimonial, tampouco pela população mais carente, que se foi exilado da zona central.

O progresso modernizou o estilo de vida uberlandense, transformando e especulando o espaço. As empresas imobiliárias foram protagonizaram na ampliação residencial do perímetro urbano e no processo de gentrificação social da cidade. Tornaram-se um dos principais meios de produção de espaço, incentivando o crescimento urbano e a especulação financeira no loteamento de terras na região.

Entretanto, o progresso no mercado imobiliário não contava com o agravamento de sua infraestrutura, conseqüente do aumento da população na década de 1930, não havia legislação que gerenciasse (ordenasse) seu crescimento. (LOPES, 2008).

A ITV – “Imobiliária Tubal Vilela,” foi pioneira no registro e documentação de lotes no município. Tubal Vilela foi uma das figuras políticas e empresariais mais notórias de Uberlândia. A especulação imobiliária ordenava o loteamento de terras valorizando os imóveis na área central. Nas avenidas centrais Floriano Peixoto, Afonso Pensa, João Pinheiro e Cipriano Del Fávero ergueram se os primeiros grandes empreendimentos imobiliários, residências luxuosas, pontos comerciais grandiosos, atraindo a elite da cidade.

Após a retirada da população mais carente que habitavam o centro do município, as avenidas receberam rapidamente estruturas de saneamento básico, energia elétrica, distribuição de água, tratamento de esgoto e vias arborizadas com calçamento, centralizando o setor econômico, comercial, industrial e habitacional na zona central de Uberlândia nas décadas de 1940-1950.

Foi então que prontamente, colocou-se em prática um moderno Planejamento Urbano (1954) na “nova cidade”, que realizavam as ambições de seus atores sociais e políticos. As fronteiras no centro urbano até hoje são marcas entre as ruas de asfalto e as ruas de paralelepípedos entre a nova e a velha cidade.

A ascensão comercial e varejista atraiu investidores locais, redes de supermercados foram inauguradas, as lojas foram reformadas com vitrines luminosas e de neon, atribuindo um aspecto elegante e suntuoso, que década a década iluminava o centro da proeminente cidade de Uberlândia.

As malhas urbanas da zona central se configuravam em ângulos retos, com um traçado quadriculado, com largas avenidas e ruas transversais, formando um tabuleiro de xadrez, traçado que oferece viabilidade ao espaço, ainda por se localizar num território pouco íngreme, propício para a expansão.

Com um território geograficamente estratégico na região do Triângulo Mineiro e no Brasil, a ligação de Uberlândia com outros grandes centros urbanos era uma das principais discussões políticas e econômicas da cidade.

Os políticos e grandes investidores uberlandenses desejavam interligar a cidade de Uberlândia com a Capital Federal e com as capitais de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, através das estradas de rodagem que conectavam o Distrito Federal do centro-oeste ao centro-sul do país. A cidade localiza-se no entremeio desses grandes centros urbanos como Brasília, favorecendo-se de políticas de interiorização do país promulgadas pelo Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Com a construção de Brasília, o comércio local e o setor atacadista fortaleceram o fluxo econômico de Uberlândia, indústrias de grande porte também se instalaram na cidade, necessitando de um novo planejamento urbano, na ampliação da rede água e esgoto, e no melhoramento do tráfego urbano. A população uberlandense se esforçava em acompanhar o desenvolvimento do Brasil no início do século XX, dando visibilidade ao progresso no aspecto moderno e na estética urbana da cidade, Soares (2008).

Neste período foram realizadas notórias construções na cidade. fomentada pela ótica progressista durante o século XX que atualmente são tombados como patrimônio cultural histórico da cidade, como: o Mercado Municipal (1923), a Casa de Cultural (1922), Residência Châcur (1920), o Estádio Municipal do Parque do Sabiá (1982), Estação Rodoviária (1972), e a Universidade Federal de Uberlândia-UFU (1957).

O Mercado Municipal de Uberlândia foi decretado em 1923, mas construído em 1944, sendo centro atacadista até em 1977. Considerado como ponto cultural, local da gastronomia mineira e das tradições da cultura mineira.

Com uma arquitetura inspirada num palacete paulista, antes de tornar-se Casa de Cultura, a luxuosa residência passou por diferentes funções. Em 1922, a nobre moradia foi encomendada pelo Coronel Eduardo Marques, e vendida pelo mesmo em 1932 para João de Oliveira Guimarães. Com o desejo de abrir um centro cirúrgico na cidade, o imóvel foi adquirido pelo Dr. Laerte Vieira Gonçalves, que a reformou para as atividades médicas hospitalares.

Em 1961, o prédio foi transformado em Delegacia Regional de Polícia, sendo novamente necessário passar por reformas, com alterações internas e inserção de grades na sala e no porão, o qual era utilizado como cárcere. Em 1972, tornou-se superintendência regional da fazenda, sendo adquirida pelo Estado em 1975. Porém, em 1983 a Prefeitura Municipal de Uberlândia solicitou a doação do imóvel, que sedia a atual Casa da Cultura.

Apadrinhada de “Cidade Jardim¹” em meados do século XX, a cidade de Uberlândia tinha uma área urbana central predominantemente arborizada, atingindo a completude de uma sensação agradável que coadunavam com a beleza de suas construções arquitetônicas. Os símbolos e monumentos refletiam a imagem do progresso, correspondendo a sua beleza natural e urbana. O título de “Cidade Jardim”, se atribuía a conservação e a limpeza de suas vias, praças e jardins, que enriqueciam vistosamente sua paisagem.

1 Cidade Jardim: Segundo o jornalista Lycidio Paes, este codinome partiu de um relatório sobre a cidade, com vistas a propagando do município naquele periódico, ainda nos tempos da ditadura Vargas. De acordo com esse jornalista, o repórter apenas recolheu algumas fotografias e andou pelo centro da cidade, inclusive num período em que a mesma passava por uma versão quente e seca muito rigorosa, que fez com que as áreas verdes ficassem completamente ressequidas. E, de posse destas informações, escreveu sobre “a bela paisagem urbana”, principalmente, sobre suas praças públicas, e apelidou Uberlândia de Cidade Jardim. Esta denominação perdeu por várias décadas como o principal referencial de identificação da cidade. (FONTES 2008, p. 150).

Os agentes políticos empenhavam-se na manutenção da aparência pública da Cidade Jardim, pois a beleza urbana tornava o progresso perceptível e presente nos espaços de passagem e de encontros sociais.

São os lugares que realizam as manifestações populares, os cultos às tradições religiosas, os eventos políticos, que dão visibilidade aos acontecimentos públicos e sociais. Nesta ótica, a ordem e a beleza estavam expressas nos principais lugares da cidade, onde todos eram capazes de constatar o seu feito progressista.

As vilas subúrbios, bairros distantes permaneciam nas invisibilidades e marginalidades, localizados em regiões ocultas, onde os habitantes dificilmente conseguiriam chegar.

Nos lugares mais afastados consideradas também como subúrbios, nos bairros: Saraiva, Operário, Tubalina e Roosevelt o progresso não passava nem perto. Tais vilas careciam de energia elétrica pública, abastecimento de água, limpeza nos terrenos baldios tomados por lixos e entulhos. Nesses bairros o poder público municipal era omissos diante da explícita precariedade do local e de seus habitantes.

Acredito ser imensurável a ambição e o lucro obtido pelas famílias e pessoas mais abastadas, que se apresentavam com uma classe civilizada, instruída e intelectual, protagonistas do crescimento e desenvolvimento da cidade de Uberlândia. Ao contrário disso, houve um desequilíbrio econômico e social para a maior parte da população, sobretudo para as classes mais empobrecidas.

A imprensa local repreendia aqueles que não compactuavam com o ideal de cidade, ocultando aqueles que contestavam e/ou contradiziam contra o progresso.

Os trabalhadores, populares, pessoas menos abastadas, que acordavam cedo para a vida laboriosa da roça, e para a rotina do trabalho e subserviência no setor comercial uberlandense, eram pagos com baixos salários.

No dia 18 de janeiro de 1959, cerca de três mil pessoas inflamaram a revolta popular na cidade, através de um ato subversivo diante a passividade figurada no retrato da família e do cidadão uberlandense, referenciados nos jornais locais como pessoas pacatas, laboriosas, ordeiras e de bem, Santana (2008).

Com um contingente de apenas vinte e cinco militares, a polícia pouco pode fazer para conter a revolta popular para assegurar os manifestantes descontentes com o elevado custo de vida, insatisfeita perante uma desigualdade social aviltante, vigente numa cidade repleta de interesses privados e contradições sociais.

O estopim da manifestação ocorreu após o aumento dos ingressos na portaria dos cinemas, passando de dezoito cruzeiros para trinta cruzeiros no dia 18 de janeiro de 1959. Os manifestantes na sua maioria estudantes impediam a entrada do cinema coibindo todos de entrar. A sessão foi suspensa na tentativa de amenizar o protesto, muitas pessoas que passavam e presenciavam a manifestação dos estudantes aderiram ao protesto, gradativamente simpatizado por grande parcela da população, Santana (2008).

A revolta insurgiu no imaginário popular incendiando o progresso nas ruas de Uberlândia, com invasões e depredações nos cinemas: Cine Éden, Cine Uberlândia, Cine Regente e Cine Paratodos.

Tomados pela revolta, pelo patamar de sujeição e também pela fome, a multidão derivou-se pelo centro da cidade, saqueando as casas comerciais Messias Pedreiro, de comércio alimentício, majoritariamente de arroz e feijão; e a Casa Caparelli, estabelecimento de grande porte atacadista de diversas mercadorias. A multidão protestou contra o preconceito, a exclusão e a marginalização sofrida pela imposição da ordem e do progresso.

No dia 19 de janeiro de 1959, um dia após as ocupações, saques, depredações que levaram o incêndio de quatro cinemas e dois estabelecimentos comerciais, a multidão retornou as ruas com fome, saqueando estabelecimentos comerciais.

Atentos a retomada (insurgência) da revolta popular, a classe empresarial e política de Uberlândia acionou reforços policiais vindos de Belo Horizonte e de cidades vizinhas, como Uberaba, no intuito de assegurar a propriedade pública e privada. (SANTANA, 2008).

Diante da revolta da população, o policiamento que ali estavam, para coibir e repreender o aumento dos protestos fez uso de arma de fogo contra a população, atingindo quatro pessoas, duas delas crianças, ferindo doze, e encarcerando duzentos manifestantes. Em meio a tudo, corria se “boatos” de ataques/saques no Mercado Municipal, o que não ocorreu, pois o prédio foi cercado por policiais que asseguraram o patrimônio.

A repercussão, rebelião e repreensão nas ruas, levou a revolta do “Quebra-quebra” (1959) ao cenário midiático nacional. Nesta perspectiva, a imprensa nacional enviou jornalistas para cobrir os fatos políticos ocorridos em Uberlândia.

Nos jornais locais o Quebra-Quebra foi noticiado como manifestação política ilegítima, incentivada por moleques da vila, saqueadores, irresponsáveis e inconsequentes, comunistas, propagadores da anarquia e da baderna. Agentes do caos e do horror para o cotidiano pacífico e ordeiro da cidade, nesta lógica negligenciava qualquer protesto referente à fome ou/e alto custo de vida.

Posteriormente, a imprensa uberlandense demonstrava (apresentava-se) se incompreensiva diante os motivos que ascenderam à manifestação, narrando diferentes versões sobre o ocorrido, com reportagens pejorativas que enfatizavam as depredações e os saques do Quebra-Quebra, no intuito de denominar os culpados, preservando as virtudes do progresso. Porém, os jornais locais repreendiam a revolta popular, ocultando de seus periódicos uma manifestação proporcionada pela fome que passavam milhares de famílias na cidade. “Buscava-se preservar a ideologia do bom e pacato uberlandense e da progressista e acolhedora cidade, que só tinha olhos para o trabalho e para o bem coletivo.” (SANTANA 2008, p.259).

O povo tomado pela fúria perante tamanha exploração e fome se rebelou contra o progresso, contexto até então negligenciado pelos jornais locais, que se

direcionavam em eleger os culpados conotando-os de criminosos, aproveitadores, baderneiros, e forasteiros, sendo a manifestação incentivada por comunistas, e neste sentido, justificaram a repressão policial para estabelecer a ordem na cidade.

Os jornais nacionais Manchete² e O Cruzeiro³ deram destaque a revolta popular, descrevendo na primeira página o motivo da revolta popular. O povo uberlandense estava descontente com a carestia (aumento do custo de vida) na cidade. Com isso, depredou, saqueou e incendiou estabelecimentos comerciais. Mas que, tudo começou com o aumento dos preços da entrada do cinema, noticiado como o estopim do Quebra-Quebra.

Os proprietários dos cinemas e das casas comerciais foram indenizados, a Comissão Federal de Abastecimento e Preço (COFAP), instituição responsável pelo aumento dos ingressos, manifestou-se se omitindo do ocorrido, elegendo culpados desconhecidos em aproveitadores que visavam há um tempo os cinemas, que na primeira possibilidade, incentivaram a bagunça e o caos em forma de protesto.

A COFAP, coagida pelos dolorosos e tristes acontecimentos de Uberlândia e utilizando da medida preventiva que visa a evitar novas revoltas populares em outras cidades do Estado, baixou portaria congelando preços dos cinemas em Minas Gerais, “considerando que empresas exibidoras do interior do Estado, escudadas na mencionada portaria (a que permitiu certa elevação) cobraram os preços líquidos máximos nela previstos para os ingressos em cinemas.” Desse modo, vigoram os preços antigo em todo o interior de Minas.⁴

2 BOUZAN, Walter. Guerra em Uberlândia. Manchete, Rio de Janeiro, p.82-83, 7 fev. 1959.

3 FRANCO, José. Rebelião da fome agita Uberlândia. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, p.78-82, 7 fev. 1959.

4 VENCEU o povo: preço dos cinemas não pode sofrer majoração. Correio de Uberlândia, Uberlândia, p.1, 25 jan. 1959.

Após a revolta popular os preços dos ingressos foram alterados a seus valores anteriores, como nos mostra na reportagem Venceu o Povo (1959).

A ordem social e a identidade progressista reestabelecidas, sendo que a repressão policial permaneceu ainda por um bom tempo, vigiando a vida dos populares, militares revistaram casas em busca de mercadorias furtadas, Santana (2008, p.254).

A polícia ordenou toque de recolher a partir das vinte e duas horas, alertando para os riscos de rigorosas penas para quem ousasse subverter a ordem instituída, pois, as mortes vistas pelo imaginário popular repercutiram como um alerta, caso tivesse futuras manifestações.

A coalisão entre o discurso progressista e midiático implodiram no 'Quebra-Quebra' (1959), revelando a insatisfação e as dificuldades de sobrevivência que passava a maioria da população uberlandense, com o aumento do custo de vida na cidade, com a falta de emprego, em reflexo com as diferenças e contradições enfatizado pelo discurso progressista.

O discurso da imprensa da local de um lado apontava conotando aos vilões, responsáveis de baderneiros, como uma ameaça ao contexto urbano de Uberlândia, e de outro a família uberlandense, sinônimo da paz e passividade, sendo vítima do desejo inconsequente de saqueadores, forasteiros e comunistas, reportados no Jornal O Repórter e no Jornal Correio de Uberlândia (1959), responsabilizando-os pelas mortes e acidentes ocorridos.

A imprensa uberlandense tinha dificuldades em se comunicar com os habitantes, sobretudo com os mais pobres e populares. E dessa forma, em transmitir e disseminar aos mesmos as instruções necessárias em como andar e se portar na vida moderna e civilizada instituída pelo progresso, que tanto proclamavam.

Nas décadas de 1960 e 1970 com a instalação da primeira emissora de televisão movimentou o fluxo informacional em Uberlândia, com a transmissão de um canal próprio da cidade, propagando a sua hegemonia socioeconômica

na região, instruindo seus habitantes ao sucesso que tinha atingido na cidade. (LOPES, 2008)

Em curso, os anseios progressistas atravessaram as décadas de 1940 a 1980, articulando uma lógica neoliberalista que delimitou a população, controlando a esfera social urbana e restringindo-a no espaço com a inserção de fronteiras demarcadas pelo progresso, nas quais revelam periodicamente seus interesses privados, conflitos populares e suas diferenças econômicas e sociais.

Comumente inventada, a cidade foi ocupada pelas instituições que a configuravam. A tomada progressista se esforçou em concretizar seus anseios na singela Uberabinha, na medida em que o Progresso foi se impondo, redefinindo os papéis de seus atores sociais e políticos, na esfera social urbana da nova cidade que cresceu progressivamente.

1.9 Uberland

A jornada na memória da cidade de Uberlândia constitui-se de mapeamentos visualmente enriquecidos por imagens, reportagens, documentários e relatos derivados de material historiográfico coletado e de domínio público com os quais se poderia indagar tanto a memória coletiva quanto a individual no âmbito factual, cultural e sociopolítico da cidade.

Permitem-se cursos pela memória da cidade Uberlândia, que assim sugerem factíveis interpretações de como o mito do progresso inseriu-se, instituiu-se e reinventou-se na construção e demolição de seus patrimônios históricos, na formação, marginalização e exclusão social durante seus processos de modernização urbana e gentrificação social.

De um lado, mapeou-se o Mito do Progresso e seu discurso institucional, oficial e homogêneo, proclamando saudações virtuosas a Uberlândia, cidade hospitaleira, ordeira, repleta de oportunidades e em constante emancipação. Porém, de outros, revelam-se invisibilidades, marginalizadas e oprimidas,

desvendando uma cidade conflituosa, preconceituosa e desigual, que resiste, reexiste e reinventa-se.

Nascida em Patrocínio, interior de Minas Gerais, Ismene Mendes mudou-se para a cidade Uberlândia no início da década de 1970 para estudar direito na UFU, Universidade Federal de Uberlândia. Filha de sindicalista, Ismene desde adolescente acompanhava e colaborava com o seu pai na organização das reuniões do sindicato.

Neste período o Brasil passava sobre Regime de Ditadura Militar sindicalistas foram perseguidos pelos agentes do Dop's, seguranças e/ou capangas de fazendeiros, ou até mesmo pelos policiais, agredidos, torturados e até mesmo mortos.

Com vocação para o direito trabalhista, Ismene Mendes prestou serviços de assessora jurídica pública na cidade, em causas contra as violações e os abusos trabalhistas que sofriam os trabalhadores rurais. Quando recém-formada, já advogava no sindicato de seu pai em defesa dos trabalhadores rurais da cidade de Patrocínio-MG.

Na cidade natal, Ismene Mendes foi eleita vereadora do município em 1982. Sua participação na política foi significativa para/no Projeto de Lei 998/1983, que decretou o transporte em ônibus apropriado para os trabalhadores rurais, transportados para as fazendas em caminhões de boiadeiros.

Com base na promulgação do Decreto de lei 998/1983, Ismene participou no caso do acidente de caminhão que carregavam setenta boias-frias, ocorrido na cidade de Ituiutaba-MG, que levou a morte setenta trabalhadores rurais, transportados nas grades de um caminhão de boiadeiros.

Ismene Mendes entrou com uma ação judicial contra o proprietário da fazenda, requerendo indenização para as setenta famílias, fomentando uma

mobilização política nacional, a respeito da regulamentação do transporte para os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais.⁵

A defesa no caso provocou à ira dos fazendeiros. No ano de 1985, voltando do trabalho Ismene foi atraída por um garoto para uma embosca, sendo levada para a mata, agredida e estuprada por três homens encapuzados, que a ameaçaram de morte se contasse para a polícia.

Na delegacia, mesmo gravemente ferida, após exame de corpo de delito, foi instaurado um inquérito policial “comprovado” pelo delegado local que Ismene Mendes teria simulado um estupro ocorrido por um autoflagelamento (auto estupro), justificando que ela era “uma mulher” de comportamento instável e vulnerável, Jornal Brasil de Fato.⁶

Após uma semana da agressão seguida de estupro, Ismene Mendes foi morta, encontrada com os pulsos cortados. No laudo constava que tinha sido envenenada por Gastoxin, veneno usado nas lavouras de café. Em seu atestado de óbito, a polícia que alegou que Ismene teria se suicidado, após ter cometido auto estupro, devido às rejeições amorosas por seu empregador.

Passado muitos anos de sua morte, em 2016, com a instauração da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba⁷, na qual carrega seu nome, os acontecimentos sobre o seu assassinato vieram à tona. A morte de Ismene Mendes constava no livro de registros de pessoas assassinadas a cargo da Ditadura Militar.

Em março de 2018 aconteceu uma manifestação política de três mil pessoas no centro de Uberlândia, em tributo a trinta mulheres mortas pela violência machista, sendo representadas em velas em círculo ocupando a Praça Tubal Vilela.

⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/artigo-or-a-tal-da-ismene-mendes/>

⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/artigo-or-a-tal-da-ismene-mendes/>

⁷ Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Relatório II: a face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica. - Uberlândia: EDUFU: Comissão Nacional da Verdade, 2017.

O objetivo da manifestação foi de trocar o nome de uma das principais praças da cidade, pelo nome de Ismene Mendes. Jornal Brasil de Fato (2018)⁸, realizou-se um abaixo-assinado para que alterasse o nome de Praça em Uberlândia-MG, 2018. Em protesto, o abaixo-assinado foi judicialmente colocado (promulgado), para que retirasse o nome de Tubal Vilela.

Protagonista no mercado imobiliário de Uberlândia, Tubal Vilela é aclamado como um dos heróis do progresso, figura de notoriedade política e empresarial na cidade do século XX. Com uma carreira empresarial e política bem-sucedida, Tubal foi proprietário de armazéns, postos de gasolina e majoritariamente nos empreendimentos imobiliários em Uberlândia na década de 1950.

No imaginário popular uberlandense, Tubal é ovacionado como a frase popular de que “Deus fez a metade de Uberlândia, e Tubal Vilela fez a outra.” Como político foi vereador, deputado estadual e prefeito. Também ficou conhecido na cidade por ter assassinado a sua esposa grávida, absolvido pela justiça no ano de 1926. Porém, apenas em 2015 a população de Uberlândia tomou ciência do assassinato de sua esposa Rosalina Buccironi, com dezenove anos de idade, grávida de seu terceiro filho, encontrada com quatro tiros na cabeça e mais um em seu peito.

No julgamento Tubal Vilela confessou o assassinato de Rosalina, alegando em legítima defesa de sua honra, recorrido pela defesa do empresário no artigo 27 da Constituição, promulgado entre 1890 a 1940. No artigo, a honra era entendida no sentido de ser integrada a vida e ao corpo, e supostamente a pessoa, neste sentido Tubal justificou o direito de matar Rosalina em legítima defesa, para proteger a sua honra, de acordo com o Jornal Brasil de Fato (2008)⁹.

Com o corpo de jurados formado por homens, Tubal Vilela foi inocentado sob a defesa de perturbação dos sentidos durante o crime. Em nenhum momento

⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/13/mulheres-fazem-abaixo-assinado-para-alterar-nome-de-praca-em-uberlandia-mg/>

⁹ <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/13/mulheres-fazem-abaixo-assinado-para-alterar-nome-de-praca-em-uberlandia-mg/>

as suspeitas de traição se comprovaram, num julgamento de vinte e cinco dias. Após absolvição, o herói do progresso retomou sua carreira empresarial e posteriormente política, casando-se novamente e tendo mais três filhos.

No contexto atual Tubal Vilela seria criminalizado por feminicídio Lei nº 13.104/2015, cometido por assassinatos de mulheres em razão de gênero, com uma pena de doze a trinta anos de prisão. No Brasil ocorreram muitos casos de homens absolvidos na justiça, depois de terem assassinado seu conjuge, alegando em defesa da honra, recorrendo o artigo 27 da Constituição. (BRASIL, 1988)

Quando o assassinato se tornou público na cidade de Uberlândia, a manifestação renomeou simbolicamente a Praça Tubal Vilela pelo nome de Ismene Mendes, inserido nas placas oficiais da praça intitulada pelo herói do Progresso.

Na reportagem publicada no Diário de Uberlândia (2019)¹⁰ relata-se o tombamento oficial da Festa do Congado como patrimônio cultural da cidade de Uberlândia, a mais de um século de memória.

A festa se concebeu como marco de resistência ao preconceito racial e religioso da população negra uberlandense. Solicitado pela Irmandade do Rosário, o pedido produziu a criação de um dossiê, no qual argumenta o contexto social, cultural e histórico para o tombamento patrimonial entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário, alterada oficialmente com o nome de Praça do Rosário, ao invés de Rui Barbosa, nome dado anterior ao local.

O Patrimônio histórico foi celebrado em 2008, no entanto, o decreto assinado em 2019 pela Prefeitura Municipal, reconhecendo junto à população de Uberlândia a preservação da Praça do Rosário e da Festa da Congada como patrimônio cultural. O tombamento visa à conservação e proteção não apenas da igreja, mas também nas construções entorno. Deste modo, restringe o setor e a especulação imobiliária, comercial e empresarial de intervenções urbanas

¹⁰ <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/19371/tombamento-da-praca-do-rosario-garante-realizacao-da-festa-da-cong>

nas construções públicas ao redor da Igreja e praça do Rosário, assim como no auxílio e subvenção anual da realização da festa do Congado.

A preservação patrimonial foi reivindicada por parte da população uberlandense que reside próximo (entorno) a Praça do Rosário¹⁰.

Na Festa do Congado, o preconceito e o racismo revelam-se discretamente nas pessoas que se sentem incomodadas ao verem negros no centro, festejando e tocando tombar e nos lugares de visibilidade e de convivência social na cidade, anualmente no mês de outubro, com dois dias de evento.

O congado manifesta-se como uma afronta ao progresso a 142 anos de resistência ao preconceito e racismo difundido na memória da cidade de Uberlândia.

Entorno da praça localizam se bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais habitualmente frequentados por pessoas que residem próximo ao local, ou/e da cidade. Durante a festa rompe-se com a hierarquização do espaço, durante dois dias seguidos uma multidão, majoritariamente de pessoas negras, e também de pessoas brancas, ocupa a Praça do Rosário, ecoando os tambores do ato ritualístico do Congado.

A celebração é protagonizada por pessoas negras, que se apresentam como atores sociais e políticos da cidade de Uberlândia. Diante de contradições sociais que ocorrem durante a festa entre os participantes da festa e a população residente entorno do local.

A população descontente com a realização da Festa do Congado no local, sugeriu junto ao poder jurídico alterar a festa do local, descaracterizando-a num espaço de invisibilidade. Em 2018, moradores entorno da Praça do Rosário incentivaram um abaixo-assinado pedindo a alteração do evento para o Parque do Sabiá.

Para o movimento negro uberlandense, o decreto de tombamento patrimonial da Festa do Congado e da Praça do Rosário, se dá como uma

reparação histórica, cultural e memorial dos negros na cidade de Uberlândia, em luta contra o preconceito e racismo omitido e ocultado historicamente pela ótica progressista¹¹.

¹¹ <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/19371/tombamento-da-praca-do-rosario-garante-realizacao-da-festa-da-cong>

2. PROCESSO

2.1 Criação Cartográfica

A cartografia permite entender e percorrer o mundo em que vivemos, desbravando territórios ainda não descobertos, ou/e possíveis de serem explorados. Seu sentido etimológico da palavra designa de “carta escrita,” do latim “charta”, do grego “*chartes*”, de “*graphen*” de escrever (carta e *graph*). Uma carta escrita como documento, possível de ser desenhada como poesia, mapeando o mundo em que vivemos.

Na cartografia Uberland, a jornada simbólica do imaginário do Progresso foi relacionada com as possíveis redes de afeições que teci a partir de minhas relações com a cidade de Uberlândia e com a memória de seus habitantes.

Durante o mapeamento atentei-me ao olhar do Progresso, como discurso de evolução e desenvolvimento da cidade de Uberlândia, como também dos seus impactos, e conflitos socioculturais também influenciados pela ótica progressista. Seus cruzamentos desenharam a trama sobrepondo sua estrutura cartográfica em códigos, símbolos, ilustrações que integram a visualidade simbólica dos mapas de Uberland.

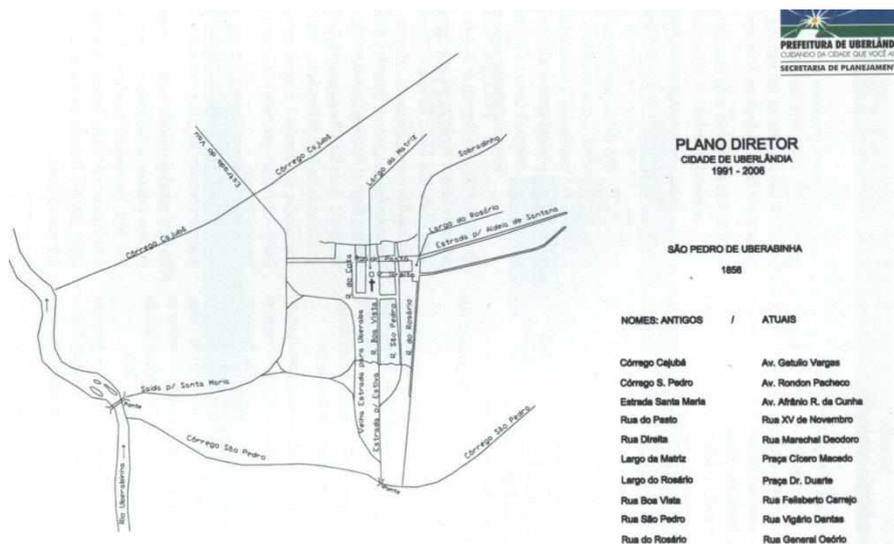
Fotografias, entrevistas, documentários e reportagens do Arquivo Público Municipal e das redes sociais registram (testemunham) suas transformações urbanas, suas contradições sociais, e seus conflitos políticos ocorridos na sua fundação a contemporaneidade.

Para isso, mapiei os dados culturais disponíveis no campo material e simbólico do Arquivo Público Municipal sobre a historiografia da cidade, do cyberspaço pertinentes a memória popular uberlandense, tecendo uma rede de arquivos midiáticos compartilhada por pessoas da cidade de Uberlândia.

Na produção da estrutura cartográfica de Uberland, apropriei-me dos mapas: São Pedro de Uberabinha (1856); Uberlândia: mapa dos setores urbanos (2006); Setor Central de Uberlândia (2015) do Mapa da cidade de Uberlândia no dispositivo do *Google Map's* (2018). Para esse fim, desconstruí o Mapa de Setores Urbanos de Uberlândia (2006) em ilhas urbanas.

No mapa de Uberabinha (1856), o mapa foi desenhado numa visão superior, cercado por córregos e estradas nas proximidades do rio, a partir da técnica de perspectiva linear.

Figura 1. Mapa de São Pedro de Uberabinha, 1856.



Fonte¹²:

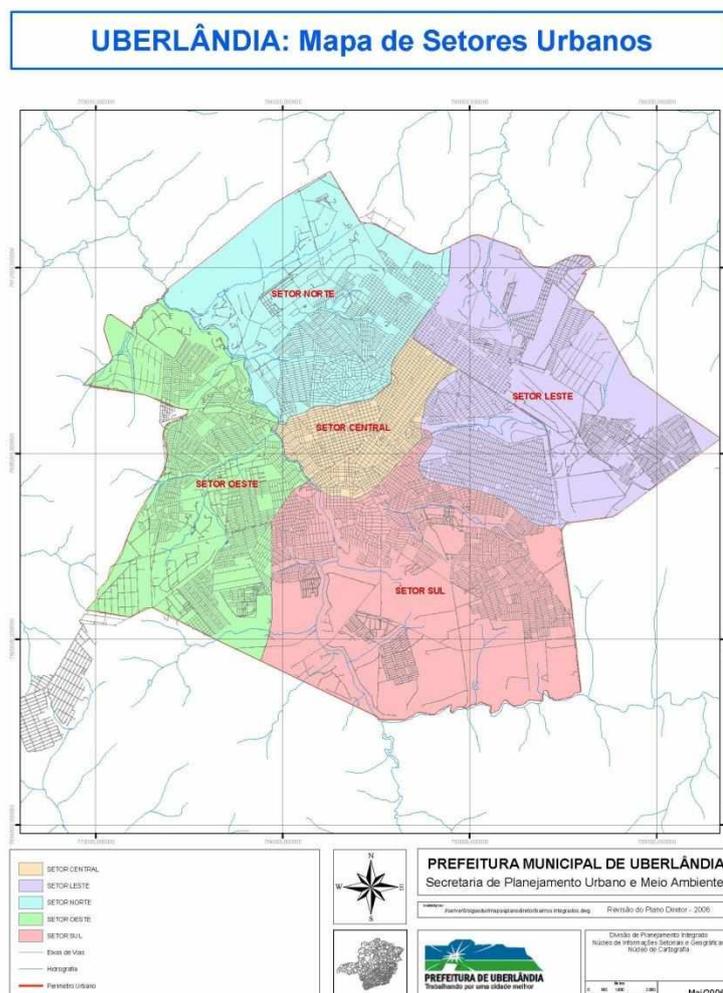
Internet

No centro do arraial a cruz simboliza a formação do povoado entorno da Igreja Católica. As estradas para Aldeia de Santana, as pontes e as vias de saída para Santa Maria, e para Estiva, antiga estrada para Uberaba, cidade vizinha de Uberlândia projetam-se na formação territorial do Arraial, conectadas ao rio São Pedro de Uberabinha, nas margens dos córregos São Pedro e Cajubá. Seus nomes antigos são referenciados na legenda do mapa (1856).

Como base, utilizei o Mapa de Setores Urbanos de Uberlândia (2006), observei as delimitações e zoneamentos urbanos da cidade, também reproduzi um *Print Screen* do Mapa de Uberlândia, do *Google Map's*.

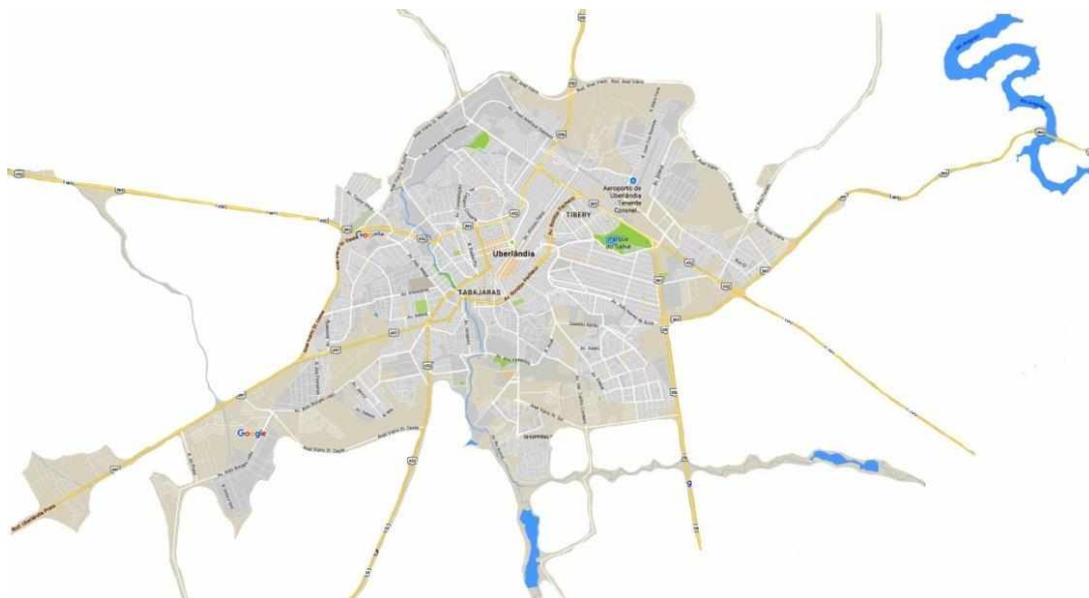
¹² Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/>

Figura 2. Mapa de Setores Urbanos de Uberlândia, 2006.

Fonte¹³: Internet

¹³ Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/>

Figura 3. *Print Screen* do Mapa de Uberlândia no dispositivo do *Google Map's*.

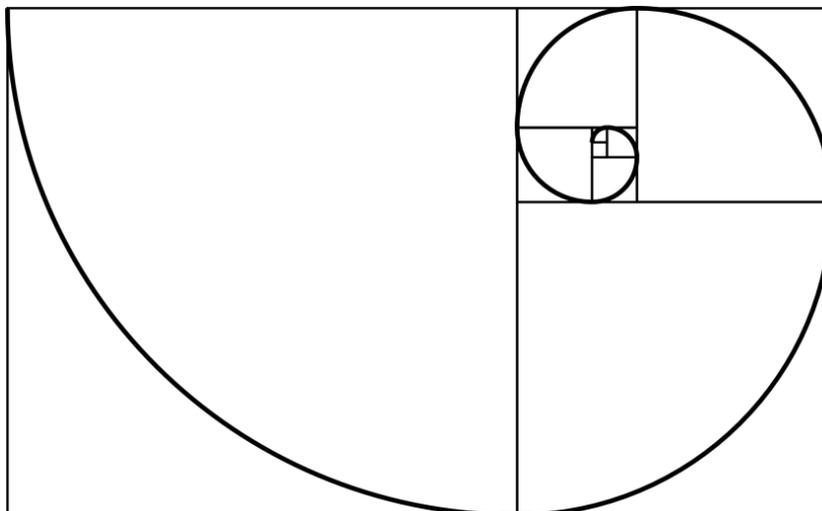


Fonte¹⁴: Internet

Utilizei o quadrado de ouro como referência estrutural, desenho de espiral baseado proporção áurea, geometria orgânica, que cresce em constante evolução, se expandindo em movimento orgânico do espiral, como na lógica matemática sequencial de Fibonacci. Sua forma, lógica e geometria são iminentes com o movimento de evolução da natureza e do tempo.

¹⁴Disponível em: https://www.google.com/maps?q=uberlandia&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR827BR827&um=1&ie=UTF-&sa=X&ved=0ahUKEwiLxdux6r3iAhW0LLkGHSTtCXgQ_AUIDigB

Figura 4. Quadrado de Ouro (proporção áurea).



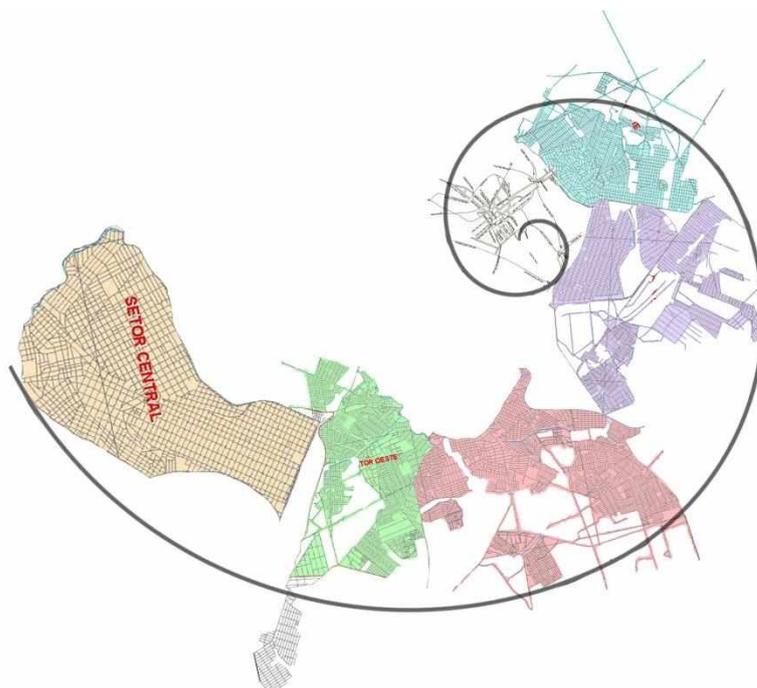
Fonte¹⁵: Internet

Durante o processo usei o Adobe Photoshop CS6, software de edição e produção de imagens. Primeiramente, inseri o Mapa de São Pedro de Uberabinha (1856) sob o desenho do quadrado de ouro, no início do movimento do espiral. Selecionei a imagem do Mapa Setorial de Uberlândia (2006), recortando-a em quatro peças gráficas que se esboçam como ilhas, fragmentadas do mapa de zoneamento urbano da cidade de Uberlândia.

Sob o espiral, o Mapa de São Pedro de Uberabinha (1856) da progressão as ilhas urbanas dos setores norte, leste, sul, oeste e setor central.

¹⁵ Disponível em: <https://pngimage.net/proporcao-aurea-png-3/>

Figura 5. Estrutura poética I

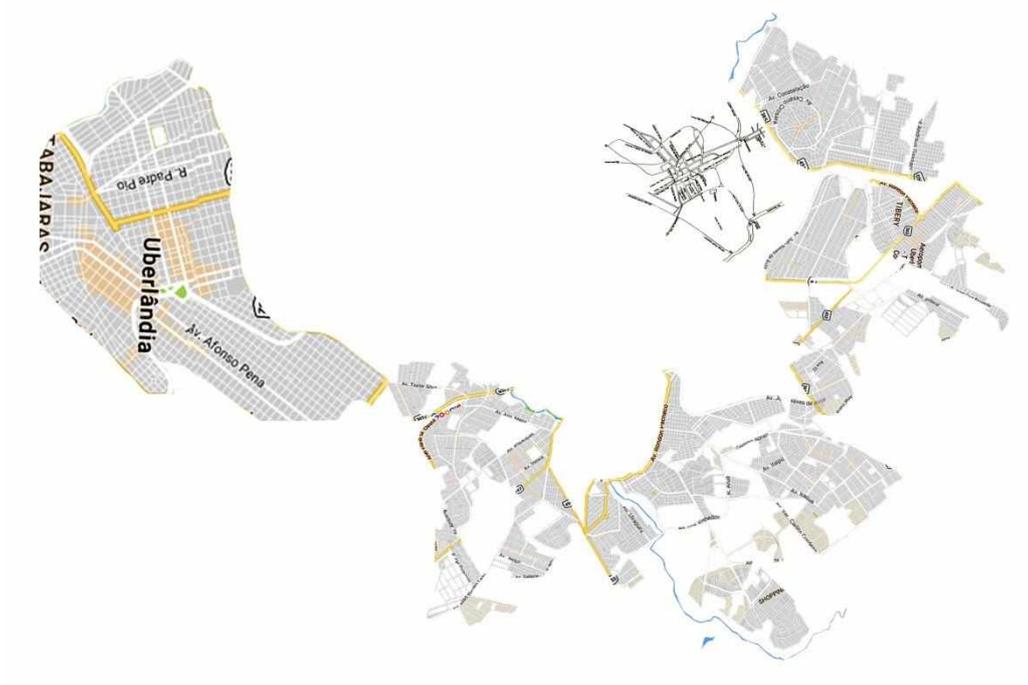


Fonte: Autor (2018).

Em Uberlândia, os mapas de São Pedro de Uberabinha e do Zoneamento urbano de Uberlândia sugerem o movimento Progresso na metamorfose rural-urbana da cidade, ordenado pelo espiral, símbolo dos ciclos, da evolução/passagem do tempo.

Reproduzi o processo de edição utilizando o Mapa da cidade de Uberlândia do dispositivo do Google Map's (figura 30), e na ilha (setor) central.

Figura 6. Estrutura poética II



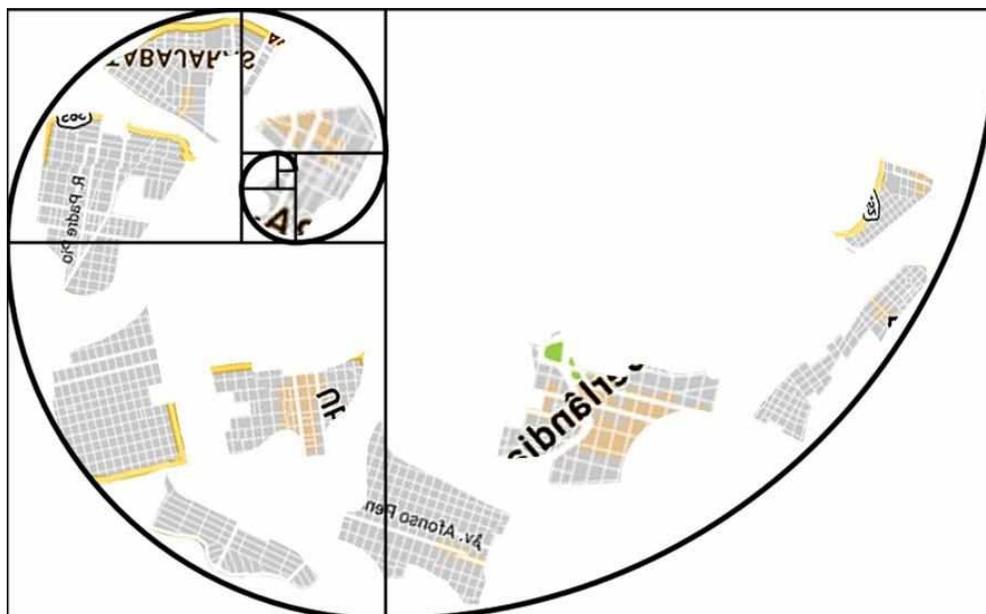
Fonte: Autor (2018).

Figura 7. Imagem do setor central de Uberlândia.



Fonte¹⁶: Internet

Figura 8. Estrutura poética III.



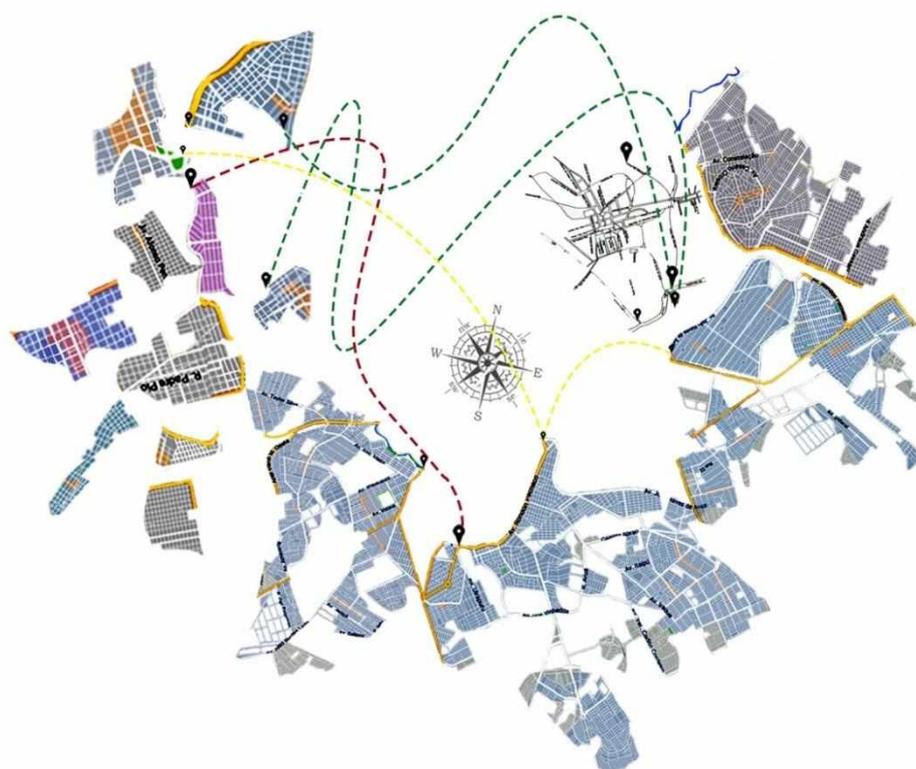
Fonte: Autor (2019).

Interliguei em linhas tracejadas a Estrada Santa Maria, Córrego Cajubá e no Córrego São Pedro, o Mapa de São Pedro de Uberabinha (1856); com as avenidas Avenida Afrânio R. da Cunha, Avenida Getúlio Vargas e na Avenida Rondon Pacheco, Mapa de Uberlândia, *Google Map's* (2019).

No cruzamento das linhas, os ícones simbólicos de geolocalização demarcam os pontos de conexão entre as linhas que conduzem o traçado cartográfico nas localizações das estradas e das avenidas mapeadas.

¹⁶ Disponível em: https://www.google.com/maps?q=uberlandia&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR827BR827&um=1&ie=UTF-8&sa=X&ved=0ahUKEwiLxdux6r3iAhW0LLkGHSTtCXgQ_AUIDigB

Figura 9. Estrutura poética IV.



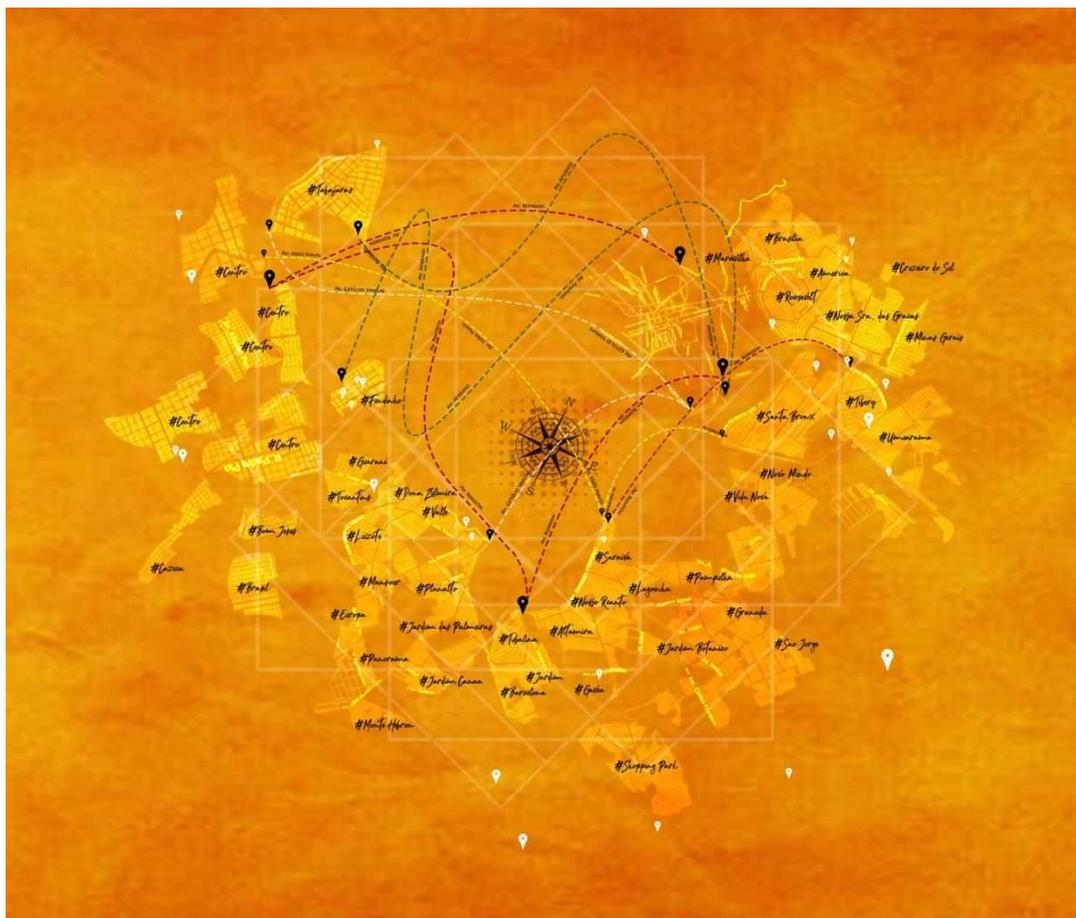
Fonte: Autor (2019).

Os nomes dos bairros foram sobrepostos nas ilhas urbanas. Inseri um plano de fundo abstrato, com tons avermelhados, alaranjados e amarelados, inspirados nas cores do sertão da farinha podre e do cerrado mineiro.

No *photoshop* saturei as cores das malhas urbanas e das principais vias do mapa de Uberlândia 2006. A cor amarela das ilhas urbanas radia as luzes o

sol e do ouro (amarelo) ilustrados nas malhas cartográficas de Uberland, inspiradas em Heliópolis, “cidade da luz”, nome sugerido durante a cidade em 1907.

Figura 10. Estrutura poética V.



Fonte: Autor (2019).

No mapa apresentam-se percursos que transformam as ruas e quadras dos bairros em ilhas e ambiências, conectando áreas distintas da cidade, invertidas em peças urbanas arbitrárias.

No mapa, a cidade estabelece conexões entre seus fragmentos, possibilitando trajetos de diferentes percursos, possíveis de vagar, de se desorientar e se percorrer. No entanto, se inverte, e se desconstrói a lógica da cartografia convencional aproximando bairros distintos da cidade de Uberlândia. Neste sentido, a cartografia sugere trajetos urbanos com diferentes

possibilidades de experienciar a cidade, de como ela pode ser sentida e imaginada.

O nome Uberland, a ilha Jardim do Sertão da Farinha Podre faz alusão aos três mapas que integram a cartografia. Uberland refere-se a pronúncia de seu nome em inglês (no intuito de tornar sua denominação global). Jardim de Cidade Jardim, apelido dado na década de 1940, que se refere ao embelezamento de suas praças e jardins públicos do seu centro urbano; e Sertão da Farinha Podre, nome reconhecido as terras uberlandenses durante bandeirantismo e descoberta da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

2.2 Uberabinha e o Sertão da Farinha Podre.

No mapa “Uberabinha e o Sertão da Farinha Podre,” contextualiza-se o período de formação do Arraial de São Pedro de Uberabinha e Nossa Senhora do Carmo da Abadia, e a sua fundação quanto município de Uberabinha (1888).

No mapa destaca-se a coalisão entre os povos índios Kayapós, povo nativo vinculado às tradições culturais, ambientais e étnicas da região; e os bandeirantes, colonizadores, exploradores do ouro e das terras de Minas Gerais e durante o Ciclo do Ouro no Brasil.

Os povos negros são simbolizados na ilustração da mulher negra e no terno Congada. Os símbolos da planta de café arábico e das sucupiras, árvore típica na região do Triângulo Mineiro, conotam o âmbito natural do cerrado mineiro uberlandense, assim como os pássaros caracará.

O poder eclesiástico da Igreja Católica foi ilustrado nas imagens da Catedral, porém, referente à capela fundada em 1883, e a Igreja do Rosário.

As primeiras fazendas no arraial proporcionaram o povoamento do arraial, e conseqüentemente do município. Tal contexto foi figurado na imagem da Escola Estadual Francisco Bueno, primeira escola municipal, e nas fotografias de escolas e alunos das respectivas fazendas. As fotografias testemunham a vida rural no arraial, e a sua transição como freguesia, e município.

Figura 11. Cartografia Uberabinha, e o Sertão da Farinha Podre.



Fonte: Autor (2018)

No centro dos três mapas a ilustração de uma bússola gira desorientada, na medida em que se navega no tempo e na memória da cidade de Uberlândia.

No mapa Uberabinha, a bússola é observada à esquerda pelos leões (fêmea e macho) do Progresso, os quais simbolizam os monumentos (esculturas) que compõe a linguagem arquitetônica do Palácio dos Leões, antigo prédio da Prefeitura Municipal (atual Museu Municipal). As figuras foram ilustradas em tons avermelhado desenhadas uma linguagem minimalista, sob as ilhas de Uberland que localizam a Praça Clarimundo Carneiro, em frente do prédio da antiga Câmara Municipal de Uberlândia, Palácio dos Leões.

À direita da bússola, o desenho da locomotiva a vapor referencia-se a chegada da vida moderna, urbana e industrial proporcionada pela vinda e instalação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro no município em 1895.

O desenho de um homem com chapéu de palha, trajes esverdeados, de postura encurvada, com uma inchada nas costas, personifica a figura do

trabalhador rural e urbano, numa posição antagônica a locomotiva a vapor (Maria Fumaça). Tais figuras retratam a metamorfose rural-urbana no município de Uberabinha (1888), a colisão entre o novo e o tradicional, o atual e o primitivo, o moderno e o antigo, o futuro e o passado. Paradoxo também mapeado na ilustração do bandeirante com a índia kayapó.

O Código de Posturas na Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha: Artigo. 111 – “Só os pobres, reconhecidamente tais, e aos sábados, é permitido implorar a caridade pública;” no Artigo 115 – “É expressamente proibida à entrada de cigano no município;” e no Artigo 120 – “É proibida toda e qualquer reunião em casa de meretrizes revelam os condicionamentos da ótica progressista e excludente na esfera pública e sociopolítica da cidade.

Na reportagem jornalística A nova era (1907) conotam-se as qualidades do ambiente em que se localiza o município com as virtudes do povoado. Na reportagem, a narrativa da imprensa local revela-se como porta-voz do imaginário progressista, lacaia aos interesses da oligarquia local.

2.3 Cidade Jardim

No mapa “Cidade Jardim, a capital moderna do Triângulo Mineiro,” as figuras ilustradas na interface visual configuram a “nova cidade”, novo centro urbano. Sua interface visual realça o Progresso na esfera patrimonial urbana de Uberlândia durante o século XX, proporcionada pelo desenvolvimento econômico, comercial, industrial e varejista da cidade.

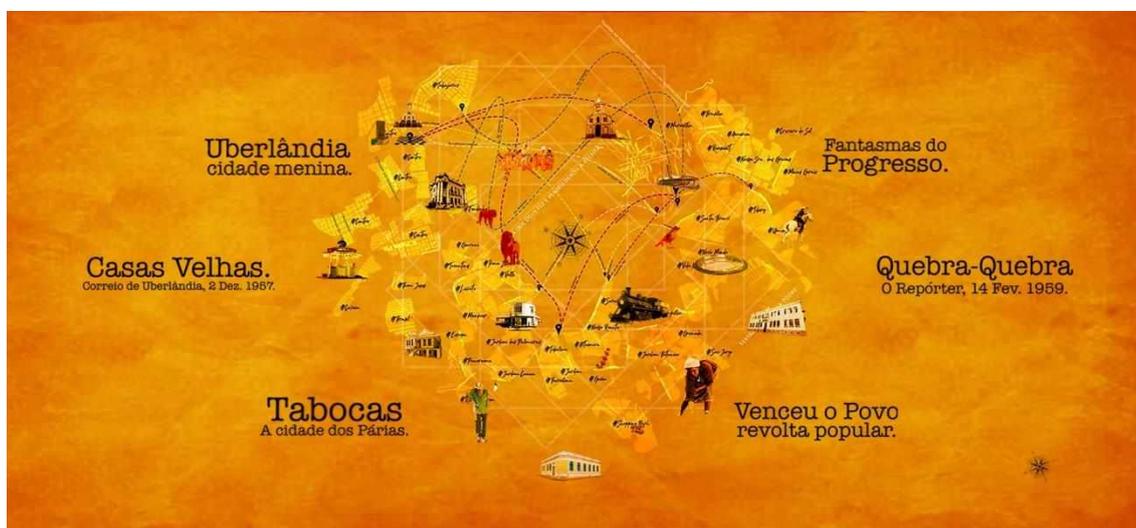
Na Cidade Jardim, o progresso atribuiu forma, elegância, ordenamento no planejamento urbano da cidade de Uberlândia. Na esfera patrimonial urbana, mapeou-se a luxuosa Residência *Chacur*, a Casa de Cultura, inspirada num palacete paulistano, e o Mercado Municipal, consolidado como espaço das tradições mineiras uberlandense.

Na segunda metade do século XX, mapeou-se a construção da Estação Rodoviária, do Estádio Municipal do Parque do Sabiá e da Universidade Federal

de Uberlândia. Os infográficos de prédios simbolizam a ascensão (verticalização) urbana da cidade, e sua especulação imobiliária e territorial.

As tradições soam como uma ameaça para os anseios progressistas, reportados nos jornais O Repórter (1945) e na matéria “Uma demolição (1945)” do jornal Correio de Uberlândia. Nas matérias a ótica progressista incentiva demolições de patrimônios e edificações urbanas, em prol do desenvolvimento e beleza estética urbana da cidade.

Figura 12. Cartografia Cidade Jardim, a capital do Triângulo Mineiro.



Fonte¹⁷: Autor/2019.

Na reportagem jornalística Tabocas é um lugar marcado (1955) propaga-se um discurso excludente, preconceituoso e hostil, criminalizando os hábitos e costumes dos negros, pobres e populares que habitavam nas regiões periféricas de Uberlândia.

A revolta popular que levou três mil pessoas a saquearem e incendiarem quatro cinemas e dois estabelecimentos comerciais em Uberlândia compõe a cartografia nas reportagens: Ecos do Quebra-Quebra (1959) e venceu o povo (1959), do jornal Correio de Uberlândia.

¹⁷ Disponível em: <https://uberlandart.com>

Em planos antagônicos a capital do Triângulo Mineiro os documentários *Uberlândia, Cidade Menina*¹⁸ e *Delírio da ordem*¹⁹, retratam a imagem do progresso de um lado, tematizado no desenvolvimento urbano da cidade na década de 1940, e da subversão de outro, na formação de uma guerrilha armada, contra o Regime da Ditadura Militar. Neste mesmo contexto, compõe-se a imagem de Ismene Mendes (figura 18) e de um Militar à cavalo (figura 19).

2.4 Uberland, a Tecnologia e o Progresso.

Em Uberland, a vida contemporânea da cidade veste a máscara do progresso, através da tecnologia, do corporativismo empresarial e tecnológica. Possuidores do elevado investimento econômico, influentes no fluxo informacional, urbano, político e mercadológico da cidade de Uberlândia.

Na contemporânea Uberland apresenta-se a reinvenção do Progresso na cidade de Uberlândia em pleno século XXI.

À esquerda a imagem de Ismene Mendes, com uma coroa na cabeça, remete-se a peça rainha de xadrez. No centro, a praça se forma na textura de um tabuleiro de Xadrez, a torre o edifício Champs, a Catedral Santa Teresinha do Menino Jesus e da Sagrada Face a peça do bispo, e o Militar a cavalo simboliza a Ditadura Militar e a as peças do cavalo. Ambos ilustram o conflito político entorno da alteração do nome da Praça Tubal Vilela por Praça Ismene Mendes.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bBldi8bFauU&feature=youtu.be>

¹⁹ Disponível em: <https://vimeo.com/210344866>

Figura 13. Cartografia Uber Land, a tecnologia veste a máscara do progresso.



Fonte²⁰: Autor/2019

A figura antropomórfica de um homem vestido de terno, com a cabeça e rabo de porco referencia-se o Corporativismo tecnológico, financeiro, empresarial e imobiliário. O personagem acena para drones e satélites que sobrevoam a cartografia, e as torres de distribuição de energia nas extremidades do mapa.

As imagens do Terminal Central, do Teatro Municipal e do Parque Siquerolli referenciam-se a esfera patrimonial da cidade, após década de 1990. As reportagens A Tal da Ismene Mendes (2018)²¹, e Mulheres fazem abaixo assinado para alterar nome de Praça em Uberlândia (2018)²², conectam-se com o portal virtual do Jornal Brasil de Fato²³.

²⁰ Disponível em: <https://richardaugustora89.wixsite.com/uberland>

²¹ <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/artigo-or-a-tal-da-ismene-mendes/>

²² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/13/mulheres-fazem-abaixo-assinado-para-alterar-nome-de-praca-em-uberlandia-mg/>

²³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>

Abaixo um link dá acesso ao documentário Tubal Vilela: um legado para sempre, que narra o protagonismo de sua carreira empresarial e política de Uberlândia, a partir de relatos de familiares, funcionários e uberlandenses que conviveram com Tubal, porém, em nenhum ponto menciona-se o assassinato de sua esposa.

2.5 Uberlandart .com - Imaginário simbólico.

Na cartografia construiu-se um sistema de navegação visual (midiática), que permite acessar as imagens, ilustrações e símbolos do imaginário simbólico de cada mapa, a uma rede de arquivos midiáticos pertinentes a história da cidade de Uberlândia.

Quanto site (dispositivo) de web-arte acessado pelo *link.https://uberlandart.com* atribuiu-se interatividade a cartografia, para além de sua própria estrutura/interface visual. Os mapas de Uberland permitem conexão com uma rede de hipertextualidade, possibilitando ao internauta pistas e caminhos ligados a arquivos e dados pertinentes a memória uberlandense.

Seus cruzamentos desenham a trama simbólica e imagética da odisseia do progresso na cartografia Uberland. Os percursos virtuais da cartografia permitem acessos a dados que ampliam a capacidade de alcance, de visualização, e imersão na narrativa do Progresso na trajetória histórica da cidade.

No processo de construção e mapeamento do imaginário simbólico de Uberland, inspiro-me na coalisão entre Apolo e Dionísio em reflexão com seus imaginários simbólicos interpretados como: imaginário apolíneo, princípios vitais da ordem, da racionalidade, da forma, da regra, da beleza, da aparência, da civilidade, da serenidade, da ordem e do progresso; e do imaginário dionisíaco, princípios vitais da vontade, da subversão, da extasia, da transgressão e da dissolução dos limites. Com base na relação mitológica apolíneo-dionisíaca sistematizo o imaginário simbólico nos mapas da cartografia artística Uberland.

Professor emérito de antropologia cultural e de sociologia na Universidade de Grenoble e fundador do Centre de *Recherche sur l'Imaginaire*, renomado centro de

pesquisa sobre o imaginário no contexto contemporâneo, Gilbert Durand contextualiza o estudo sobre o imaginário similar a uma estrutura em rede, formada por conjuntos de ilhas imagéticas, que concentram todas as produções e criações do pensamento e da imaginação coletiva (humana), sistematizadas em sistemas e fluxos que perpassam a existência humana, seja na vida íntima e particular e/ou na vida coletiva e compartilhada.

O estudo do imaginário consiste na construção simbólica da imaginação e do pensamento, dos sentidos tácitos dos símbolos e das imagens.

Imaginário – ou seja, o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens – aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano. O imaginário é esta encruzilhada antropológica que permite esclarecer um aspecto de uma determinada ciência humana por um outro aspecto de uma outra (DURAND, 1997, p.18).

Na terminologia, imaginário implica-se como um bem imaginado, próprio da imaginação, de modo fictício, fabuloso, representado por símbolos, imagens, arquétipos e signos.

Sua difusão no imaginário popular se dá através do sentimento progressista inspirado nos ideais Iluministas do século XVIII, carregados pelas famílias de fazendeiros que migraram para as terras do Sertão da Farinha Podre. Decorrente a posse das Seis Marias, terras abandonadas da Coroa portuguesa, loteadas para famílias de fazendeiros, que asseguraram o seu cultivo e o monopólio da região.

Na “Poética do espaço” (1992), Gaston Bachelard, compreende o fenômeno do imaginário no estudo dos elementos categóricos do pensamento humano, decorrente de imagens pré-estabelecidas. Por exemplo, na idealização de casa, forma-se um conjunto de imagens próprias da casa no pensamento humano, do quarto, do porão, da infância do espaço do brincar, do íntimo e do privado.

Durand (1997) e Bachelard (1992) consideram o imaginário a um fenômeno, que produz sentido ao campo tangível, mental e sociocultural,

implícito ou/e restrito/isolado na imaginação, onde a própria imagem é articuladora de sentidos, significados e distorções.

A imaginação é potência dinâmica que “deforma” as cópias pragmáticas fornecidas pela percepção, e esse dinamismo reformador das sensações torna-se o fundamento de toda vida psíquica porque “as leis da representação são homogêneas”, a representação sendo metafórica a todos os seus níveis, e, uma vez que tudo é metafórico, ao nível da representação todas as metáforas se equivalem (DURAND, 1997, p.30).

Na medida em que o Progresso atribuiu sentido simbólico e figurado na memória de Uberlândia, multiplicam-se os elementos simbólicos universais e atemporais, que codificaram e informaram a vida social urbana da cidade.

Sua atuação operou em contínuas trocas entre as pulsões subjetivas e objetivas na vida da população uberlandense. Inicialmente na relação das virtudes laboriosa do povoado com as qualidades ambientais, *Jornal A Nova Era* (1907)²⁴. Na marginalização dos pobres e dos populares da região central para as margens do perímetro urbano do município, em zonas de invisibilidade.

Na migração da elite uberlandense para a região central, incentivada pela construção de uma “nova cidade”, de um novo e moderno centro urbano. Na imagem do progresso vinculado ao desenvolvimento urbano na construção e edificações de prédios, nos jardins, praças e vias públicas.

Para Durand (1997), diante da passagem do tempo e da morte o ser humano cria fugas simbólicas, rituais e mitos. Tenta-se fugir simbolicamente da morte e da efemeridade da vida. A vista disso, o imaginário se manifesta na medida em que o sujeito toma conhecimento da finitude existencial, da passagem do tempo e das limitações corporais, seja para si, ou para outrem.

A constatação de que a vida é passageira conduz a um estado de impotência diante acontecimento mortífero, saboreado como angústia existencial.

E diante dessa angústia existencial da finitude, não apenas recusa a morte, como também a rejeita, na tentativa de vencer e/ou solucioná-la no mito. Assim, inicia-se o conflito entre a percepção corporal da finitude e do tempo, responsável pela produção de imagens organizadas em estruturas simbólicas de sensibilidade.

²⁴ *A Nova Era*, n.12, 23 mar. 1907.

No prolongamento dos esquemas, arquétipos e símbolos podemos considerar o mito. Não tomaremos este termo na concepção restrita que lhe dão os etnólogos, que fazem dele apenas o reverso representativo de um ato ritual. Entenderemos por mito um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e esquemas, sistema dinâmico que, sob o impulso de um esquema, tende a compor-se em narrativa. O mito é já um esboço de racionalização, dado que utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se resolvem em palavras e os arquétipos em ideias. O mito explica um esquema ou um grupo de esquemas. Do mesmo modo que o arquétipo promovia a ideia e que o símbolo engendrava o nome, podemos dizer que o mito promove a doutrina religiosa, o sistema filosófico ou, como bem viu Bréhier, a narrativa histórica e lendária (DURAND, 1997, p.63).

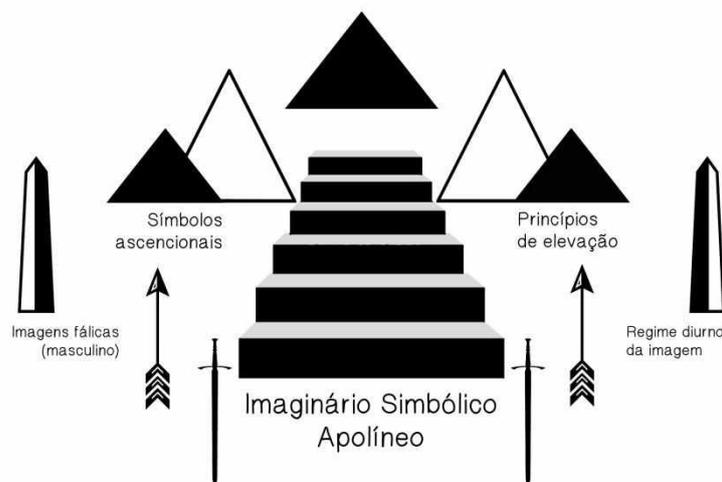
A relação do mito com os símbolos consolida a base antropológica do imaginário do Progresso em constelações imagéticas, que se coordenam no trajeto antropológico do imaginário, a trajetória historiográfica na memória da cidade de Uberlândia. A partir de tal reflexão, construo o imaginário simbólico ilustrado na cartografia afetiva Uberland, sistematizando suas imagens e símbolos figurados na interface visual, e inter-relacionados com:

2.6 Imaginário Apolíneo

O imaginário apolíneo, estrutura heroica (esquizomorfa), base dos mitos solares (diurno), onde se combate a morte com todas as armas e possibilidades possíveis. Seu aspecto ascensional em reflexo com as pulsões corporais é devido o porte da espécie humana, manter-se em pé, numa condição postural ereta. Pois, a condição permite maior panorama de visão; logo, visa à ascensão, à subida e à predominância. Seus sentidos e significados desdobram-se nas representações dos gestos de verticalização, na visão e no tato.

O imaginário apolíneo é composto por imagens fálicas (masculinas), símbolos ascensionais, tais como: montanhas, pirâmides, obeliscos, farol, flecha, escadas, raio, espada, asa, símbolos que interpretam o desejo da subida, do voo, do impulso; na elevação do espaço.

Figura 14. Imaginário simbólico apolíneo.



Fonte: Autor (2019).

No imaginário lida com a morte e finitude existencial por meio de uma fuga da libido, dos prazeres terrestres em busca de um plano superior (metafísico), nos quais baseiam-se os princípios judaico-cristão, em combate contra a (matéria) carne em busca do espiritual, Durand (1997). Os imaginários conectados a esta estrutura centralizam-se na construção mítica do herói expressada na sensibilidade heroica de Apolo, arquétipo da luz, na colisão ao que se considera como oposto, em combate ao mal.

O imaginário apolíneo revela-se na beleza e a forma neoclássica da estética urbana de Uberlândia, do Palácio dos Leões, da Residência Chacûr, na Casa de Cultura, e no Mercado Municipal.

Nos símbolos da ordem e do progresso, carregados pelo: bandeirante, locomotiva a vapor Maria Fumaça, Militar, e na figura antropomórfica do porco corporativista. Nas imagens fálicas e ascensionais dos prédios, das torres de transmissão de energia, assim como nas torres da Catedral Santa Terezinha e da Igreja do Rosário.

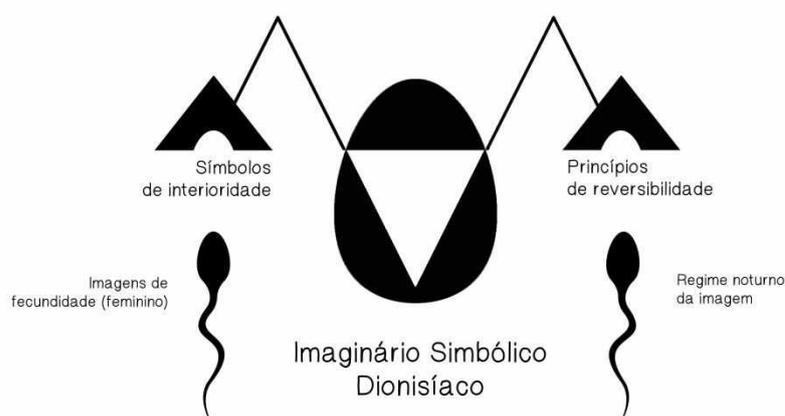
2.7 Imaginário Dionisiaco

No imaginário dionisiaco (estrutura mítica) centralizam-se os mitos lunares (noturno), entende-se que a morte e o tempo são compreendidos no encontro entre ambos, onde se tenta solucionar a angústia existencial, através de uma imersão interior, na penetração de um centro, representados nos símbolos de intimidade, nas imagens de interioridade e do feminino.

As pulsões corporais agem em reflexo aos impulsos do corpo humano, no pulsar do coração e das veias, na reprodução do ato sexual, do ato copulativo, da fecundidade, do repouso do ventre, que fazem parte do nascimento e da morte, simbolizando os prazeres líquidos.

O imaginário dionisiaco representa à descida, a queda, a caverna e o útero feminino, figurado nos símbolos da gruta, da caverna, da casa, do ovo e do ventre.

Figura 15. Imaginário simbólico dionisiaco.



Fonte: Autor (2019).

Ao invés da fuga, deleita-se nos prazeres terrestres como forma de afirmar o caráter trágico da vida, permite-se tudo em relação ao prazer, representados pelos símbolos da saliva, do sangue, do sêmen, do suor,

produzidos pela viscosidade corporal. Ligados aos desejos noturnos, na noite escura e divinizada, noite como ventre, na mulher que gera a vida, na feminilidade em relação com a natureza quanto terra-fêmea, mãe-terra e mãe-natureza.

O imaginário relaciona a Dionísio, deus grego que nasce duas vezes, tanto no ventre de sua mãe Sêleme, quanto na coxa de Zeus, Dionísio remete à dimensão afetiva a comunhão das amizades, da manifestação da vivacidade, da pluralidade e das tradições populares. Seus símbolos são representados como processo de reversibilidade, da replicação da imagem, da transmutação dos valores transposto na miniaturização, na figura de duendes, anões, homúnculos, no pequeno que se engrandece, no gigante que se apequena.

O imaginário dionisíaco expressa-se em Uberland, através das imagens do feminino: da Índia Kayapó, da mulher negra Escrava; os símbolos de retorno as tradições populares: do trabalhador rural e da Congada. Nas imagens de interioridade e do encontro das pluralidades conecto com os lugares de acolhimento, como a Universidade Federal de Uberlândia, o Terminal Central, o Estádio Municipal do Parque Sabiá, o Parque do Sabiá e o Teatro Municipal de Uberlândia. Como símbolo de reversibilidade e subversão figura-se a imagem de Ismene Mendes e a Congada.

Podemos considerar que a partir do momento que o ser humano se relaciona com o mundo, o imaginário se efetua, adaptando e implicando-se como fenômeno sociocultural. Em Uberlândia, o progresso difundiu-se na dimensão política, sociocultural e midiática, consagrando seus heróis, marcando seus símbolos no espaço urbano e na memória coletiva desde a fundação do município ao contexto contemporâneo da cidade.

Na contemporaneidade, A sombra de Dionísio se projeta pelas manifestações humanas partilhada nas grandes aglomerações dos eventos festivos, nas festas populares, no carnaval, nos festivais artísticos e culturais, nas multiplicidades de gêneros, nas paradas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros).

O imaginário dionisíaco pulsa na centralidade subterrânea²⁵ em afetos que informam a vida social e cotidiana. Dionísio sempre há de se digladiar com Apolo, e na colisão das forças, a estrutura dionisíaca se sobressai com maior significância e predominância ao partilhar o desejo de viver em conjunto, na afirmação e aceitação da vida trágica diante angústia existencial.

É nesse sentido que é trágico ou participa de uma visão trágica, pois no oposto da completude e da perfeição do monismo a pluralidade é incerta, devendo seu equilíbrio ser constantemente buscado. A movência das paixões e a precariedade das situações, a presença constante do aleatório, tudo isso concorre para o trágico orgíaco, ao mesmo tempo em que lhe confere sua nobreza, pois ele necessita de um “querer viver” permanente, que deve ser inventado no dia a dia. (MAFFESOLI, 2005, p.72).

O trágico se expressa na pluralidade, no aleatório e no arbitrário, caracterizado pela multiplicidade e contrariedade das relações humanas, na sua diversidade e adversidade política, social, cultural e existencial.

Enquanto que no imaginário apolíneo busca-se o controle, o domínio e o progresso, no imaginário dionisíaco manifesta-se o processo inverso, no descontrole que confunde e se funde na irracionalidade, na sensualidade, na subversão, no desejo e na embriaguez.

O imaginário dionisíaco incorpora-se nas/nos movimentos orgânicos, plurais, autônomos e compartilhados, na cooperatividade social, na sustentabilidade ecológica (ambiental), na aceitação da eventualidade, como princípio de alteridade. Princípios presentes na diversidade dos conflitos e nos valores contraditórios nas manifestações e organizações sociais, nas tradições populares, nos movimentos sem-terra, LGBT, étnico-raciais e de gênero, nas

25 Centralidade subterrânea: “face a um tempo histórico dominado pela produção e pela parousia, existe um tempo poético e erótico, um tempo do corpo amoroso, um tempo segundo e oculto, em torno do qual se organiza a perduração da socialidade. É esse processo, que chamo de centralidade subterrânea, um verdadeiro conservatório do saber viver popular, que somente se mostra em algumas situações paroxísticas. É ainda em torno desse tempo que se organiza a manutenção de um profundo politeísmo, frente, por exemplo, ao processo reducionista e totalitário do monoteísmo religioso ou político.” (MAFFESOLI, 2005, p.37).

paixões esportivas, sobretudo, nos encontros das multiplicidades, Maffesoli (2005).

A imposição de uma ordem monovalente em nome da vida, que não apenas exclui, mas também elimina aquilo que se opõe e contradiz. Como na revolta popular do Quebra-quebra (1959) na cidade de Uberlândia.

Mediante, e, para apaziguar a essa conturbação pública, um contingente policial reduzido, sendo que os militares não conseguiram conter a revolta. No entanto, no dia seguinte, com reforços policiais vindos da capital e cidades vizinhas, agiram de modo repreensivo com a população. E meio a essa contenção austera da “Força Pública” a ocorrência fatal o “fuzilamento” de quatro pessoas, duas delas crianças.

O progresso como o imaginário apolíneo buscou eliminar o contraditório na perda de domínio e controle sobre a multiplicidade da vida, na tentativa de imposição da ordem e redução da pluralidade, “...e isso, naturalmente, em nome de uma civilização de costumes – ou, em uma palavra, em nome da felicidade.” (MAFFESOLI, 2005, p.94).

Assim como Ismene Mendes, perseguida, estuprada e morta. Porém, os fatos de seu assassinato revelaram-se na Comissão da Verdade, nos livros de registro de pessoas assassinadas pela Ditadura Militar. Em 2018 como o retorno de Dionísio, Ismene Mendes incorporou-se nos ritos da multidão, na manifestação política, majoritariamente organizada por mulheres que ocuparam a Praça Tubal Vilela, e alteraram simbolicamente com seu nome, dando procedimento a um abaixo-assinado, que tramita atualmente como processo judicial na Câmara Municipal de Uberlândia.

É por este caminho que o imaginário dionisíaco nasce, morre e renasce, pelo desejo de viver em conjunto, pela pluralidade que tangencia a vida trágica e as fronteiras do “deve-ser”. Neste sentido, a poética cotidiana consiste nas práticas populares da vida coletiva e compartilhada, no ato de comer, caminhar e se relacionar, como na Festa da Congada em Uberlândia, no convívio das desigualdades e diferenças marginalizadas a 142 anos de resistência, frente ao preconceito e racismo estrutural.

Porém, uma vez que os conceitos morais são relativos, criados e instituídos na esfera pública da cidade de Uberlândia, revela-se que a moral é apenas uma ferramenta (dispositivo) de quem tem o poder para controlar e manipular o comportamento das massas populares. A partir de um conjunto de regras de comportamentos, decretados no Código de Posturas Municipal (1898/1903).

O imaginário do Progresso se efetou na programação psicossocial do sujeito sobre o cenário da sociedade da vida moderna e urbana na cidade de Uberlândia. Na esfera política, se instituiu no poder administrativo e legislativo do município, impondo uma ordem, e fomentando o seu o desenvolvimento socioeconômico. Como no decreto do Código de Posturas 1898/1903 intervindo diretamente no contexto urbano e no comportamento social da população, ordenando e policiando a vida social urbana desde a transição da cidade de Uberlândia de arraial a município.

Na religião, o progresso instruiu na união e conexão do ser humano com a espiritualidade, em torno do idealismo ético e moral, do que é certo e/ou errado.

Porém, o Progresso atraiu grandes investimentos financeiros para o mercado varejista e comercial com a construção de um novo centro urbano (nova cidade). Nos meios de comunicação uberlandense, consagrou suas realizações e personagens como modelos de existência espetacular, valorizados no cenário sociopolítico, nos patrimônios urbanos, e na esfera pública de Uberlândia.

3. CARTOFRAFIA CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como processo, mergulhou-se sobre a memória de Uberlândia, por meio de um olhar antropológico sobre a cidade, direcionou sobre a influência do progresso no contexto social urbano, compreendendo no decorrer da investigação científica, em como o imaginário produz e armazena todo conhecimento construído pela humanidade, praticado em todas as manifestações culturais, nos seus rituais, hábitos e costumes; e traduzido na narrativa, nas lendas, nos mitos, expressados na arte.

Nos dias atuais a memória tem passado por questões transversais no processo de globalização das cidades. O impacto das mídias digitais na vida contemporânea, tem se manifestado por uma cultura de esquecimento. Nunca se produziram tantos registros sobre o cotidiano como hoje, e nunca se perderam tantas memórias, seja pela obsolescência programada dos dispositivos tecnológicos, ou por inflação e saturação de registros recorrentes a própria memória.

No Brasil durante décadas, a história institucionalizada do país e de suas cidades foram escritas suprimindo os seus atores fundamentais: indígenas, negros, trabalhadores, mulheres e a comunidade LGBTQIA+. A relação dos brasileiros com a memória passa por uma reflexão sobre as bases que nos estruturam, dentro da qual é constitutivo de nossa experiência cultural e política: a escravidão africana, o genocídio indígena, e a inquisição cristã.

Ambas estão atreladas ao processo de colonização das matrizes coloniais, carregadas atualmente na experiência histórica do brasileiro, com isso, geram-se dificuldades de reconhecer social, cultural e politicamente o outro.

O acesso à memória é uma prerrogativa ao bem comum. O legado colonial reverbera em questões contemporâneas e torna-se complexo na relação com o patrimônio, com a memória e com a sua pluralidade sociocultural.

Considero que a cartografia afetiva Uberland concebe-se como proposição artística a criação de um instrumento de leitura crítica, para se construir uma história mais plural, de um ponto de vista menos oficial. Usam-se as tecnologias digitais, pois elas mudaram a maneira de se relacionar, e são

naturalizadas pela população uberlandense. A exposição desses conteúdos nos meios de comunicação virtuais é importante – além de serem ferramentas usadas por grande parte da população – por serem ferramentas utilizadas por muitos jovens que são público-alvo, e que por uma diferença geracional pode ficar impossibilitado de terem contato com a história da cidade onde vivem.

A arte é potencialmente mediada por dispositivos tecnológicos, que sugerem posições inéditas perante a cidade de Uberlândia, em como pensar o patrimônio numa perspectiva aonde as camadas arquitetônicas de seus patrimônios não sejam vistas apenas como ruínas, mas de fato interfaces coletivas e comunicantes com a memória construída em conjunto, socialmente/culturalmente.

Neste sentido, tem uma missão arqueológica de pesquisar, documentar, coletar, arquivar e registrar os dados da memória uberlandense. Criando uma rede de memórias contada pelos próprios habitantes da cidade e fazendo com essa memória contraste – integre junto aos registros da memória oficial. (Registros do Arquivo Público) e os próprios habitantes possam escrever a memória coletiva da cidade.

Cada espaço existente na cidade é único e carregado de significados individuais ou coletivos. Uma praça é um lugar de encontros; uma rua é lembrança de uma infância; uma casa é um espaço de memórias afetivas construídas durante décadas; um teatro é um lugar onde as mais diversas emoções vieram à tona; um parque se tornou lugar de encontro entre amigos, e passeios matinais com a família. Todas essas memórias e emoções compartilhadas reverberam em sentimento de afeto e pertencimento.

As memórias individuais são fundamentais e parte do processo para a construção das memórias coletivas. A memória é um fenômeno socialmente/culturalmente construído. São as nossas memórias coletivas e o sentimento de pertencimento que nos dão suporte para criarmos o saber sócio-histórico e buscarmos nossa identidade, grupos sociais e importância enquanto seres sociais, políticos e culturais.

Neste sentido, o projeto Uberland visa reunir imagens (fotografias, vídeos e relatos de experiências de vidas na cidade de Uberlândia) tendo o propósito de produzir uma rede de memórias das pessoas que nasceram, viveram e vivem experiências marcantes na cidade. E através dessas memórias, construir a visualidade de uma cidade diversa e plural que é repleta de experiências. A diversidade e pluralidade existem e contribuem para que essas experiências e vivências sejam também singulares e potentes.

3.1 @Uberlandart

A página “Uberlandart” é uma proposta de entretenimento e informação acerca da história e memórias da cidade de Uberlândia, publicando os conteúdos (arquivos, documentários, memórias) que têm no site (<https://uberlandart.com>) e teve início em agosto de 2021. O mês de início se deve ao aniversário de Uberlândia, visando comemorar os 133 anos de emancipação política.

Com a ascensão e alcance das redes sociais, acredito que a internet de maneira geral é um instrumento de grande importância para conectar pessoas, ideias, lugares e memórias. As redes sociais, sobretudo ocupam um espaço importante na vida cotidiana dos sujeitos, e quando os usuários de redes sociais encontram páginas, perfis e conteúdo que os interessam, a interação certamente irá acontecer por um longo período de tempo.

Preservar, compartilhar e relembrar memórias de nosso passado é fundamental para conhecermos nosso presente. A seguir alguns comentários com a percepção dos internautas a respeito da página:

“Parabéns pelo projeto! É preciso mesmo resgatar antigas e registrar novas memórias, pois, a Era do excesso de informação e da banalização do mesmo está de pé.” (Deusiane Machado).

“Fiquei interessado demais com esse projeto justamente pela perspectiva crítica da história do Sertão da Farinha Podre.” (Daniel Dias)

“Este trabalho é maravilhoso! Foi apoiado pelo edital emergencial da Prefeitura/Secretária Municipal de Cultura e Turismo!! Lindo demais! Parabéns aos autores.” (Valéria Maria)

3.2 Oficinas e Exposição

Além da página “Uberlandart”, foram propostas e realizadas 10 (dez) oficinas de Educação Patrimonial, que aconteceram na Escola Estadual Antônio Thomas Ferreira de Rezende, no período de novembro a dezembro de 2022. Tivemos participação de 350 (trezentos e cinquenta) estudantes dos bairros: Presidente Roosevelt, Vila Satélite, Pacaembu e Jardim Brasília.

No segundo semestre do ano de 2022 aconteceram também 10 (dez) oficinas de Educação Patrimonial, dessa vez na Escola Estadual Professor Inácio Castilho. A estimativa é alcançar aproximadamente 300 (trezentos) estudantes dos bairros: Santa Luzia, Pampulha, Granada e São Jorge.

As oficinas propiciaram trocas de experiências, vivências e memórias dos estudantes. Como por exemplo: os locais que costumam frequentar, arquitetura urbana, momentos marcantes, percepção da historicidade dos povos negros, congadas etc. Os alunos (as) se sentiram confortáveis e embarcaram nas propostas, demonstrando afeto, alegria e nostalgia de momentos importantes de suas vidas. A seguir, algumas respostas dos alunos quando indagados sobre suas memórias afetivas:

“Parque Siquerolli grandes árvores, cheiro de mel e pessoas felizes para um bom passeio diferente tranquilo, em meio a cidade movimentada.”

“Um simples passeio na praça, com cheiro de terra molhada, som do vento em meu rosto, e a alegria de uma criança me preenchia.”

Outro ponto trabalhado e proposto nas oficinas de “Uberland” é a interação dos jovens com pessoas mais velhas. Os alunos fotografaram, gravaram e conversaram com pessoas mais velhas perguntando quais eram

as suas lembranças da cidade, assim, aprenderam coisas que nunca tinham ouvido e conversado antes. A oralidade é uma maneira de aprendizagem que faz parte da sabedoria popular que promove uma conexão que resulta em troca de afetos, aprendizagens e, com toda certeza, ajuda a construir o sentimento de pertencimento a cidade de Uberlândia.

Além da troca de experiências com familiares, os estudantes foram convidados a navegarem pelo site e página @Uberlandart para conhecerem patrimônios históricos e culturais da cidade, bem como conhecerem a história das Congadas e entender o que são patrimônios históricos imateriais.

Durante e após as oficinas, alguns estudantes me procuram para dar uma devolutiva de todos os assuntos expostos, imagens, vídeos, página e site. Nesses diálogos, os estudantes diziam que muitos patrimônios que visualizaram no site e página, eles não conheciam ou não sabiam da existência, o que nos mostra o quão importante é levar conhecimento, história, arte e cultura para nossos jovens, principalmente os jovens que não possuem condições financeiras favoráveis.

A festa das Congadas é presente na vida de muitos destes estudantes de maneira religiosa. Entretanto, alguns ainda não tinham tido oportunidade ou não foram levados a analisar o lado antropológico, artístico e cultural dessa manifestação. Alguns estudantes que são congadeiros ficaram maravilhados com as percepções culturais e artísticas, se sentindo orgulhosos de participarem desta grande e singular manifestação popular/cultural. Além dessas questões, conversei com os estudantes sobre questões étnicas e raciais, para ouvir deles se já sofreram ou presenciaram algum tipo de racismo/etnocentrismo em relação às Congadas e/ou por fazerem parte dela, bem como qual é a visão e que eles têm do racismo em nossa cidade e país:

“Sim existe. Inclusive já até aconteceu comigo, desde quando eu nasci já participo da Festa da Congada de Uberlândia, pra nós negros é muita Alegria como se fosse a nossa liberdade de expressão de Raça cor de liberdade a nossa sociedade”.

Como artista visual, arte-educador e cidadão, reconheço a importância de capacitarmos e direcionarmos os olhares de nossos jovens para questões sociais, culturais e artísticas. Conhecer nossa história (o que compreende também arte e cultura) nos traz sensibilidade e amplia os horizontes para entendermos as nossas relações sociais, o nosso lugar de fala e a construção de uma sociedade com equidade, respeito e conhecimento. Preservar e lembrar memórias é importante para compreendermos nosso presente. Construir memórias afetivas e prazerosas no presente para serem lembradas e compartilhadas no futuro.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. **Cartografias artísticas e territórios poéticos**. [Recurso eletrônico] organizadora Lilian Amaral. – São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2015.

ANDRADE, J.A.R. **Os pensadores – Bacon**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

ARAÚJO, J. C. S. **O progresso como norteador da educação e suas especificidades na imprensa uberlandense entre 1907 e 1910**. Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade / Diogo de Souza Brito, Eduardo Moraes Warpechowski (Org.). Uberlândia: Edufu- Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p.89-108.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 1ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOURRIUAD, N. **Pós-produção: como a arte reprograma o mundo contemporâneo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOXER, C.R. **A idade do ouro do Brasil**. Dores e crescimento de uma sociedade. (tradução: Nair Lacerda). 2ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1062.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 10 nov.2018.

BRASILEIRO, Jeremias. **O Congado e a permanência do racismo na cidade de Uberlândia/MG: resistência negra, identidades, memórias, vivências (1978-2018)**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

CHAUÍ, M. **Vida e obra**. In: *Voltaire*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COELHO, M.A.T. **Rio das Velhas, memórias e desafios**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DANTAS, S. M. **De Uberabinha a Uberlândia**. Os matizes de um projeto de construção do mundo urbano (1900-1950). Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade / Diogo de Souza Brito, Eduardo Moraes Warpechowski (Org.). Uberlândia: Edufu- Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p.17-50.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, G.; WOLMAN, G. **Um guia prático para o desvio**. Disponível: <http://imagomundi.com.br/cultura/desvio.pdf>. Acessado em: 11 fev. 2018.

DURAND, G. **Estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JACQUES, B.P. **Apologia da deriva, escritos situacionistas**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2003.

KRENAK, A. Ideais para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, S. C. F. **História dos outros, memória de si**. Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade / Diogo de Souza Brito, Eduardo Moraes Warpechowski (Org.). Uberlândia: Edufu- Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p.51-88.

LOCKE, J. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. Segundo tratado sobre o governo. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LOPES, V. M. Q. C. **Novos trilhos, outras trilhas...** Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade / Diogo de Souza Brito, Eduardo Moraes Warpechowski (Org.). Uberlândia: Edufu- Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p.109-140.

MAFFESOLI, M. A sombra de Dionísio: **contribuição a uma sociologia da orgia**. São Paulo: Zouk, 2005.

MENEZES, S.; COSTA, C.J. Considerações em torno da origem de uma verdade historiográficas. **O Tratado de Menthuen (1703), a destruição da produção manufatureira em Portugal, e o ouro do Brasil**. Actas Scientiarum. Education. V.34(2). 2012. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.17014>

REIS, C.B. **O Marquês de Pombal** – Sumula de sua Vida e Obra. São Paulo: Cia Brasileira de Artes, 1973.

RIBEIRO, R.J. **O Espírito das Leis**. MONTESQUIEU. (tradução: Cristina Murachco). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social**. Princípios do direito político. (Tradução: Antônio Pádua Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTANA, E. D. O. **Memórias e cidade**: Uberlândia e o movimento popular de 1959. Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade / Diogo de Souza Brito, Eduardo Moraes Warpechowski (Org.). Uberlândia: Edufu- Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p.251-292.

SANT'ANA, S. **Memórias de um bandeirante**. São Paulo: Global Editora, 2001.

SILVA, F.A. **História do Brasil**: Colônia, Império e República. São Paulo: Moderna, 2000.